

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Democracia Participativa, República e Movimentos
Sociais

Carlos Takashi Gomes Sato Netto

**REDES SOCIETÁRIAS VOLTADAS PARA O CONTROLE SOCIAL E
RELAÇÃO COM O ESTADO: uma análise da AMARRIBO Brasil - IFC e OSB**

Belo Horizonte
2014

Carlos Takashi Gomes Sato Netto

**REDES SOCIETÁRIAS VOLTADAS PARA O CONTROLE SOCIAL E
RELAÇÃO COM O ESTADO: uma análise da AMARRIBO Brasil - IFC e OSB**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais.

Orientadora: Dr^a. Flávia de Paula Duque Brasil
Coorientadora: Dr^a. Viviane Petinelli e Silva

Belo Horizonte
2014

Netto, Carlos Takashi Gomes
XXXc Redes societárias voltadas para o controle social e relação com o Estado:
uma análise da AMARRIBO Brasil - IFC e OSB / Carlos Takashi Gomes
Sato Netto. Belo Horizonte, 2014.
61 fls.

Orientadora: Flávia de Paula Duque Brasil
Co-orientadora: Viviane Petinelli e Silva

1. *Accountability* Societária. 2. Combate à Corrupção. 3. Organizações
Não-Governamentais. I. Sato Netto, Carlos Takashi Gomes. II. Universidade
Federal de Minas Gerais. III. Redes societárias voltadas para o controle social
e relação com o Estado: uma análise da AMARRIBO Brasil – IFC e OBS.

CDU

Carlos Takashi Gomes Sato Netto

**REDES SOCIETÁRIAS VOLTADAS PARA O CONTROLE SOCIAL E
RELAÇÃO COM O ESTADO: uma análise da AMARRIBO Brasil – IFC e OSB**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais.

Flávia de Paula Duque Brasil (orientadora) – Fundação João Pinheiro

Viviane Petinelli e Silva – UFMG

Belo Horizonte, 6 de novembro de 2014.



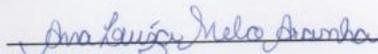
Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH
Departamento de Ciência Política
Centro de Referência em Ciências Humanas - Sala 305 - Anexo
Av. Antônio Carlos 6627 Pampulha - Campus Pampulha.
Belo Horizonte/MG - CEP 31270-901
E-mail: adm_edist@fafich.ufmg.br TEL: (031) - 3409-5004

ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

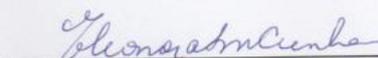
Aos 6 (seis) dias do mês de novembro de 2014 (dois mil e quatorze), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia intitulada **"REDES SOCIETÁRIAS VOLTADAS PARA O CONTROLE SOCIAL E RELAÇÃO COM O ESTADO: UMA ANÁLISE DA AMARRIBO BRASIL - IFC E OSB"** elaborada por **Carlos Takashi Gomes Sato Netto**.

A Comissão, composta pelos professores Ana Luiza Melo Aranha e Eleonora Schettini Martins Cunha, após apresentação da monografia, deliberou pela sua **aprovação**, o que confere ao aluno o título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes.

Belo Horizonte, 6 de novembro de 2014.



Ana Luiza Melo Aranha (UFMG)



Eleonora Schettini Martins Cunha (UFMG)

*A todos os cidadãos anônimos,
que lutam diariamente por um Brasil melhor e mais igualitário.*

AGRADECIMENTOS

A todos que contribuíram para a realização deste trabalho, fica expressa aqui minha gratidão, especialmente:

À minha família – Sato, Claudete, Simone, Júnior e Gabriel, que sempre apoiaram meus estudos, e proporcionaram sempre apoio material, psicológico, afetivo e espiritual para seguir em frente.

À Flávia de Paula Duque Brasil, orientadora deste trabalho, por toda a atenção dedicada ao presente. Certamente sem suas contribuições precisas, e orientações esclarecedoras, a caminhada teria sido muito mais difícil.

À Viviane Petinelli e Silva, coorientadora desta monografia e tutora neste programa de pós-graduação. Sem a dose de ânimo semanal provida pelos encontros virtuais de nosso grupo, e sem o seu constante contato conosco durante esses quase dois anos, a conclusão desta especialização teria se tornado apenas um sonho distante.

Aos meus colegas de especialização: Adriana, Débora, Elisete, Giane, Gildo, Juliete, Juliani, Mara, Márcia, Miriam, Rafael, Sara e Sonia, pelo companheirismo dedicado durante todo o curso.

À Nicole Verillo Campello, por ter articulado os contatos da Rede AMARRIBO Brasil – IFC.

À Simone e Isabela, pela importante contribuição que tiveram na fase de sistematização das entrevistas.

Aos entrevistados Adenir Mateus Alves, Elza Martelli, Fábio Henrique Carvalho Oliva, Francisco Fernandes da Silva, Henrique Moraes Ziller, José Abel Brina Olivo, José Alexandre Polasek, José Arimatéia Dantas Lacerda, José Roberto de Jesus, Liana Morisco, Ney da Nóbrega Ribas, Rafael Moia Filho, Tereza Cristina Matos, Vanderlei Vivaldini Junior, Waldomiro Carvalho Grade e Yara Cavini, que, com suas ricas experiências, puderam fornecer elementos materiais para as análises.

A corrupção compromete a integralidade dos valores que informam a ideia de República, frustra a consolidação das instituições, compromete políticas públicas nas áreas sensíveis, como saúde e segurança, além de afetar o próprio princípio democrático". (MELLO, 2012).

RESUMO

A atuação de Organizações da Sociedade Civil em temas como o Controle Social e o Combate à Corrupção tem se mostrado muito relevante na efetivação das políticas públicas. Anualmente milhões de reais deixam de ser desviados e uma série de malfeitos na Administração Pública tem vida curta, como resultado do trabalho de cidadãos comprometidos com a causa pública. No Brasil, duas importantes redes de entidades civis têm se destacado nesta temática. Tratam-se das Redes AMARRIBO Brasil – IFC e da Rede Observatório Social do Brasil. No entanto, como funciona a sistemática de relacionamento destas entidades com o Estado? É esse o ponto nodal que se pretende desenvolver no presente trabalho. Examinam-se as estratégias de relacionamento com o Estado utilizadas pelas ONGs estudadas na fiscalização do erário. A relevância da temática decorre do grande contingente de ativistas de combate à corrupção que sofrem perseguições pessoais nos mais variados níveis. Não se pretende esgotar a matéria, mas apenas acender uma centelha no candeeiro, para iluminar as reflexões de nossos pares para um tema que tem se destacado por sua relevância na vida de inúmeros brasileiros.

Palavras-chave: *Accountability* Societária. Combate à Corrupção. Organizações Não-Governamentais

ABSTRACT

The role of Civil Society Organizations on issues such as Social Control and Anti-Corruption has been very important in the effectiveness of public policies. Millions are annually cease of being embezzled and also a series of misdeeds in public administration do not last long, as a result of the work of citizens committed to public cause. In Brazil, two major networks of civil organizations have been standing out in this issue. They are the AMARRIBO Brazil - IFC and The Social Observatory Network of Brazil. However, how does the systematic relationship of these entities with the state work? That is the key point that will be developed in this work. One of the points analyzed discusses about the strategies of relationship with the state used by the NGOs studies. What form will be the one that achieves the goal of monitoring the treasury, and at the same time keeps smooth relations with the State? The relevance of this topic is the result of the large contingent of anti-corruption activists who suffer personal pursuits at various levels. It is not intended to exhaust the subject, but just light a spark in a lamp to illuminate the reflections of our peers for a theme that has become known for its relevance in the lives of countless Brazilians

Keywords: Corporate *Accountability*. Fighting Corruption. Non-Governmental Organizations.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	DEMOCRACIA, ASSOCIAÇÕES E REDES	13
2.1	Democracia de Baixa e Alta Intensidades	15
3	ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E ACCOUNTABILITY SOCIETÁRIA: O CONTROLE DA CORRUPÇÃO PELA REDE AMARRIBO BRASIL – IFC E OBS	18
3.1	Accountability Societária e Combate à Corrupção	19
3.2	Trajetoária das Redes	21
3.2.1	Rede AMARRIBO Brasil - IFC	23
3.2.2	Rede Observatório Social do Brasil – OSB	24
4	RELATOS DE FILIADAS DAS REDES AMARRIBO BRASIL – IFC E OBS	26
4.1	Metodologia	26
4.2	Relatos das Entidades Filiadas à AMARRIBO Brasil - IFC	28
4.2.1	ONG Alerta Antonina	28
4.2.2	ONG Amigos Associados de Analândia – AMASA	29
4.2.3	ONG Associação de Amigos de Januária - ASAJAN	31
4.2.4	ONG Bauru Transparente – BATRA	33
4.2.5	Força Tarefa Popular – FTP	34
4.2.6	ONG Instituto de Fiscalização e Controle - IFC	35
4.2.7	ONG Guará	38
4.2.8	ONG Transparência Cachoeirense	39
4.3	Relatos das Entidades Filiadas ao OSB	41
4.3.1	Observatório de Gestão Pública de Londrina-PR	41
4.3.2	Observatório Social de Cascavel-PR	43
4.3.3	Observatório Social de Guarapuava-PR	44
4.3.4	Observatório Social de Mandaguari-PR	45
4.3.5	Observatório Social de Ponta Grossa-PR	50
4.3.6	Observatório Social de Rolim de Moura-RO	51
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
	REFERÊNCIAS	56
	APÊNDICE	59

1 INTRODUÇÃO

A democracia é um processo a ser construído, e não um modelo pré-fabricado, oferecido gratuitamente aos cidadãos. E nessa ação em busca do Estado Democrático ideal, mostra-se relevante o trabalho das Organizações da Sociedade Civil - OSCs.

Este trabalho abordará as formas de atuação e relacionamento com o Estado de Organizações Não-Governamentais - ONGs que atuam na área do Controle Social. Mais especificamente, analisam-se as entidades ligadas a duas Redes: a AMARRIBO Brasil – IFC e o Observatório Social do Brasil - OSB.

O foco principal deste estudo é observar as estratégias utilizadas que a sociedade civil encontrou para fiscalizar o Poder Público, garantindo assim a boa gestão do erário, e buscando-se extirpar da máquina pública o malefício da corrupção.

Outra abordagem importante, que será tratada no decorrer da monografia, diz respeito a quais seriam, em tese, as estratégias que vêm apresentando melhores resultados como mecanismo de controle social. E mais, quais são os mecanismos que expõem menos o cidadão e as entidades que estão atuando como fiscalizadores.

Em busca desse intento, no primeiro capítulo, serão abordadas questões teóricas. O título do tópico é “Democracia, Associações e Redes”. Inicialmente trataremos do conceito de democracia, passando pela apreciação das chamadas democracia de baixa e alta intensidade.

No segundo capítulo, com título “Organizações da Sociedade Civil e *Accountability* Societária: o controle da corrupção pela Rede AMARRIBO Brasil – IFC e OBS”, contextualizaremos a abordagem. Em um primeiro momento, serão abordados a *accountability* societária e combate à corrupção. Passaremos então a analisar a trajetória das redes. Nesse momento, será abordado um pouco de noções sobre redes, para então entrarmos em uma breve retrospectiva de atuação da Rede AMARRIBO Brasil – IFC e da Rede OSB.

O terceiro capítulo trará a análise empírica mais substantiva do trabalho. Com o título “Relatos de Filiadas das Redes AMARRIBO Brasil – IFC e OBS” primeiro trataremos do modelo da metodologia utilizada na pesquisa. Então, por fim, serão examinados os relatos das entidades pesquisadas, primeiro as vinculadas à AMARRIBO Brasil – IFC, e depois as vinculadas ao OSB.

Todas essas reflexões e estudos desembocam nas considerações finais deste trabalho. As reflexões são breves, mas espera-se que elas contribuam de fato com o

aprimoramento das atuações tanto dessas importantes entidades de controle social, quanto de cidadãos que, inconformados com muitas falhas de atuação do Poder Público, desejam participar mais ativamente do processo democrático.

O presente trabalho justifica-se pela relevância de expandir o conhecimento sobre o tema ao lado da necessidade de se aprimorarem as formas de relacionamento entre as ONGs, que atuam na área do controle social e combate à corrupção, e o Estado. Em decorrência da natureza das relações entre essas duas pessoas jurídicas, geralmente marcadas por um relacionamento mais combativo, faz-se necessário que estratégias de atuação sejam aprimoradas. Do contrário, os membros e as próprias ONGs podem sofrer retaliações devido ao espinhoso processo do controle social da administração pública.

Durante o trabalho, serão analisadas as experiências das entidades estudadas e, em um segundo momento, se refletirá sobre o aprimoramento das estratégias de atuação de ONGs que atuam na área do controle social e combate à corrupção.

O objetivo final é propiciar soluções que possam diminuir o risco de atuação tanto dos membros quanto das ONGs frente a possíveis retaliações por parte dos agentes políticos e o Poder Público.

Por se tratar de uma relação que geralmente é de pressão, é cediço que os conflitos nunca serão eliminados totalmente, mas podem ser sensivelmente diminuídos.

2 DEMOCRACIA, ASSOCIAÇÕES E REDES

O sistema político brasileiro é classificado como uma República Federativa Presidencialista, formada pela união indissolúvel da União, Estados, Municípios e o Distrito Federal. O Poder é dividido basicamente em três funções, sendo elas, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Todos eles são submetidos a um sistema de controle, seja interno, seja externo, onde se estabelecerá um sistema de “freios e contrapesos” entre eles. O Brasil é uma República, pois seu Chefe de Estado é eleito pelo povo, tendo mandato com tempo previamente determinado. O Presidencialismo advém do fato de nosso país ter um presidente como Chefe de Estado e de Governo. E, por fim, o Federalismo é resultado da autonomia política dos quais são dotados os Estados, Distrito Federal e Municípios.

O Poder Legislativo Federal é bicameral, onde temos a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. A primeira, com seus 513 deputados, eleitos através do sistema proporcional de listas abertas, representam os cidadãos brasileiros. O último, com seus 81 Senadores da República, eleitos através do sistema majoritário, representam as Unidades da Federação Brasileira (3 Senadores para cada).

O Brasil é um dos países em que a democracia participativa desenvolveu-se de forma mais frutífera. A democracia brasileira, apesar de todos os seus reveses, é considerada uma democracia de alta intensidade. E não por menos, o Brasil tem mais conselheiros do que vereadores (AVRITZER, 2007, p. 443). Ou seja, a participação popular na tomada de decisões políticas, sobretudo nas áreas da educação, saúde e assistência social, é muito estimulada em nosso país, seja por meio dos conselhos de políticas públicas, seja por meio da participação das OSCs na efetivação de políticas públicas.

A reinvenção da democracia participativa no Brasil, assim como nos países do sul, está ligada aos processos de democratização pelos quais passaram. O Brasil alternou períodos autoritários e períodos democráticos até 1985. Foi atingido pela onda de democratização nos anos 1980 e 1990 (AVRITZER e SANTOS, 2013, p. 20-21).

A Constituição Federal de 1988 aumentou “a influência de diversos atores sociais nas instituições políticas através de novos arranjos participativos” (AVRITZER e SANTOS, 2013, p. 33). Dentre outros dispositivos relativos à participação e controle social, o artigo 14 da Carta Magna garantiu a iniciativa popular de projetos de lei. O artigo 29 exigiu a participação de representantes de associações populares no processo de

organização das cidades. A participação das associações civis na implementação de políticas de saúde educação e assistência social também foi requerida por outros artigos.

2.1 Democracia de Baixa e Alta Intensidade

Antes de entendermos a noção de democracia de baixa intensidade, é fundamental que entendamos um dos conceitos mais utilizados para se definir a democracia. Segundo AVRITZER (2013a) a democracia é a existência da soberania popular. E esta última pode-se resumir na seguinte ideia: o povo tendo a capacidade de decidir.

A democracia veio a se difundir de forma expressiva somente no final do século XVIII. Até então ela não era considerada uma forma bem vista de governo. Os principais pensadores europeus não tinham simpatia por ela até a metade do século XVIII. Um dos pensamentos que bem demonstra essa aversão à democracia, é a de Leibniz, importante filósofo alemão do século XVII: “Não existe nem um príncipe que seja tão mau governante que seja pior viver sobre a batuta dele do que viver em uma democracia” (LEIBNIZ apud AVRITZER, 2013a).

Somente a partir do pós segunda guerra mundial é que a democracia vira um consenso. Ocorreu uma onda de democratização, onde grande parte dos países da Europa, a América do Norte e o Japão se democratizam.

A democracia consolida-se como a principal forma de governo no decorrer do século XX. No entanto, a sua forma difundida foi a democracia de baixa intensidade. Ela existe. O povo é soberano. O problema é que essa soberania vai até o limite do poder do voto para constituir os governos.

Sendo assim, vemos que por democracia de baixa intensidade entendemos a forma de democracia que se reduz apenas ao seu aspecto procedimental. Ou seja, ela ocorre apenas no momento de legitimar a forma representativa de democracia, onde os cidadãos poderão se manifestar através do voto. Após essa transferência de poderes, a elite dominante passa a ter controle das decisões políticas, em nome de seus representados.

De acordo com esse modelo, a participação dos cidadãos mais atrapalharia do que ajudaria na estabilidade dos regimes democráticos. A preocupação da política seria tão somente com relação ao procedimento de seleção da elite dirigente, e por formas de transparência nos mecanismos eleitorais.

Os principais elementos desse modelo seriam: 1 – a contradição entre mobilização e institucionalização; 2 – a valorização positiva da apatia política; 3 – a concentração do

debate democrático na questão dos desenhos eleitorais das democracias; 4 – o tratamento do pluralismo como forma de incorporação partidária e disputa entre as elites; e 5 – a solução minimalista ao problema da participação pela via da discussão das escalas e da complexidade (AVRITZER e SANTOS, 2013, p. 4).

O modelo de democracia de baixa intensidade foi arduamente defendido pela vertente elitista. Um de seus principais expoentes, Joseph Schumpeter defendia que o povo deveria ser soberano somente em um momento: o de eleger seus representantes (SHUMPETER apud AVRITZER, 2013a). O cidadão típico era considerado politicamente apático e incapaz de exercer o poder político e, por isso, atribuía tal tarefa a uma elite político-econômica, que possuía a expertise necessária neste sentido.

Além disso, a representação justificava-se pela própria questão da escala. Seria inviável em países de proporções continentais e complexidade administrativa, como o Brasil, que todas as decisões de seu governo fossem tomadas de forma participativa. A representação trouxe uma solução para este problema da escala ao possibilitar a participação política, embora indireta, de uma população numericamente grande e diversa.

Por outro lado, algumas questões não foram resolvidas pelo elitismo democrático. É o caso da legitimidade do governante para decidir sobre assuntos para os quais ele não foi eleito. Em um processo eleitoral muitos assuntos ficam de fora da agenda de discussão dos candidatos. Dessa forma, a crítica se que se faz é: será que esta delegação é absoluta?

Sendo assim, a questão que ficou latente é como trazer um aprofundamento democrático (AVRITZER; PEREIRA, 2005) neste sistema de democracia representativa. Uma das formas é por meio da democracia participativa.

A democracia de baixa intensidade entrou em crise em meados dos anos 1960. O nível de informação dos países ocidentais aumentou consideravelmente. As novas tecnologias, por exemplo, o rádio, fizeram com a velocidade da informação crescesse (AVRITZER, 2013b).

Além disso, houve um crescimento das organizações civis (OSCs), grupos de interesse, movimentos de direitos civis, movimentos ambientalistas. Em 1960, houve os movimentos de protesto, os movimentos de massas. Surgiram os movimentos dos direitos civis. Na Europa e nos Estados Unidos da América, despontaram as manifestações contra a guerra do Vietnã. Eram formas de protesto que não se davam de maneira institucionalizada. Todo esse multiculturalismo estimulou uma cidadania muito mais ativa por parte da sociedade.

Tanto o grande volume de informação, como o crescimento e atuação reivindicatória de movimentos sociais, geraram uma tensão que possibilitou uma redefinição da relação entre o modelo representativo e o modelo participativo de democracia e abriu espaço para que novas formas de participação surgissem (AVRITZER, 2013b).

Uma forma alternativa à concepção hegemônica de democracia surgiu. A democracia de alta intensidade não se preocupa com a democracia em seus aspectos procedimentais, mas com seus aspectos substanciais. Ela condiz ao arranjo societário, político e institucional amplo que leva em conta a necessidade da participação popular.

Geralmente a participação ao nível de governos locais é considerada mais frutífera do que a participação a nível nacional. Isso ocorre, pois a maioria dos problemas cotidianos sensíveis à população são de natureza local. Isso faz com a mobilização social seja maior. Um outro motivo que facilita essa participação, é não haver o problema da escala. Ou seja, é impossível que a população se apodere dos poderes de discussão e decisão.

Quando elegemos um governo, para a sua escolha não houve uma discussão ampla o suficiente, que abarcasse todos os pontos de decisão que o gestor encontrará durante o mandato. Será que a eleição abre a possibilidade de se dar uma procuração para que o representante decida sobre todos esses assuntos sem consultar a população, de forma unilateral? Certamente não. E é justamente de forma a amenizar essa questão, que, mais uma vez, se coloca o sistema participativo.

A forma de democracia participativa/deliberativa, também conhecida como democracia de alta intensidade, propõe um aprofundamento democrático. Ela prevê a criação de canais institucionalizados de participação ou instituições participativas e a participação da sociedade civil mediante formas de organização e mobilização. A ideia não é substituir os papéis dos representantes, mas articular representação e participação direta dos cidadãos nos processos de tomada de decisão pública (AVRITZER, 2013c).

No próximo capítulo, apresenta-se o processo de institucionalização do sistema participativo no Brasil e se localiza e descrevem-se as duas redes, objeto de estudo deste trabalho.

3 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E ACCOUNTABILITY SOCIETÁRIA: O CONTROLE DA CORRUPÇÃO PELA REDE AMARRIBO BRASIL – IFC E OBS

Há mais de duas décadas, teve início no Brasil a formação de um sistema participativo inovador, variado e amplo, instituído em diversas áreas de políticas públicas e em centenas de municípios, dezenas de estados e no nível nacional.

O marco inicial deste processo foi a redemocratização do país em 1985, seguida pela promulgação da Constituição Federal de 1988 (doravante CF/88). Esta Carta criou uma estrutura democrática, que combina instrumentos tradicionais de representação e participação direta, como o voto e o referendo, com canais de participação, tais como as audiências públicas e as ouvidorias, e práticas democráticas inovadoras no âmbito de diversas políticas públicas, como os Orçamentos Participativos (OPs) e os Planos Diretores Municipais (PDM) no nível local, e os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e as Conferências de Políticas Públicas no nível subnacional e nacional.

A partir da década de 1990, estas experiências proliferaram nas três esferas da federação, como resultado, por um lado, da edição de atos normativos para regulamentar a participação social, garantida pela CF/88, em algumas áreas de políticas públicas, tais como saúde e assistência social, e, por outro, da generalização do discurso da participação, propagado não só por governos de esquerda, como também por agremiações de centro-direita, a despeito dos objetivos e significados distintos atribuídos por eles a tal proposta.

A instituição desta nova forma de democracia no país abriu espaço para uma atuação mais direta e institucionalizada do amplo e heterogêneo conjunto de OSCs existentes no país. Em um contexto de ativismo social e revitalização da sociedade civil brasileira, estas organizações proliferaram a partir da década de 1970 e passaram a atuar a partir de diferentes formas.

A partir de meados dos anos 1970, começou a surgir no Brasil uma sociedade civil autônoma e democrática. Segundo AVRITZER (2014) esse fato esteve relacionado com diferentes fenômenos: a) um crescimento exponencial das associações civis, em especial das associações comunitárias; b) uma reavaliação da ideia de direitos; c) a defesa da ideia de autonomia organizacional em relação ao Estado; e d) a defesa de formas públicas de apresentação de demandas e de negociação com o Estado.

A reinvenção da democracia participativa no Brasil, assim como nos países do sul, está ligada aos processos de democratização pelos quais passaram. O Brasil alternou períodos autoritários e períodos democráticos até 1985. Foi atingido pela onda de democratização nos anos 80 e 90 (AVRITZER; SANTOS, 2013, pp. 20-21).

A Constituição Federal de 1988 aumentou “a influência de diversos atores sociais nas instituições políticas através de novos arranjos participativos” (AVRITZER; SANTOS, 2013, p. 33). Como já mencionado, o artigo 14 da Carta Magna garantiu a iniciativa popular de projetos de lei. O artigo 29 exigiu a participação de representantes de associações populares no processo de organização das cidades. A participação das associações civis na implementação de políticas de saúde e assistência social também foi implementada por outros artigos.

O sistema participativo brasileiro é principalmente sustentado em quatro experiências: o Orçamento Participativo, os Conselhos de Políticas Públicas, as Audiências Públicas e as Conferências.

Todas essas experiências brasileiras têm alcances diferenciados servem, mais uma vez, para ressaltar que um bom caminho para a democracia é a integração entre as suas formas representativa e participativa, visando-se a implementação de uma democracia de alta intensidade.

Ao lado das experiências de participação institucionalizada mencionadas, uma das formas de atuação da sociedade civil consiste no monitoramento e controle das ações públicas, contribuindo para o que se convencionou-se denominar “*accountability*”. Quando exercida pelas OSCs, ela é denominada “*accountability* societária”. Um exemplo desta atuação constitui a rede AMARRIBO Brasil e o OSB, os quais têm monitorado as ações orçamentárias dos governos com vistas a combater a corrupção.

Este capítulo está dividido em três seções. Na primeira, descreveu-se o processo de institucionalização do sistema participativo no país e se localiza as OSCs no mesmo. Em seguida, mostra-se como estas organizações têm exercido *accountability* societária, especialmente para combater a corrupção. Por fim, descreve-se duas das redes que têm atuado neste sentido, a saber, a AMARRIBO Brasil – IFC e o OSB, objetos de análise deste trabalho.

3.1. *Accountability* Societária e Combate à Corrupção

Antes de tratarmos da “*accountability* societária” faz-se necessário entendermos

o próprio sentido do termo “*accountability*”. Em seu artigo “*Accountability*: já podemos traduzi-la para o português?”, Pinho e Sacramento (2009, p. 1364) oferecem um primeiro conceito desta palavra:

Buscando o significado da palavra *accountability* em dicionários, justamente para apreender com maior precisão o que o termo significa em inglês e como tem sido traduzido para o português, constatou-se que o significado do conceito envolve responsabilidade (objetiva e subjetiva), controle, transparência, obrigação de prestação de contas, justificativas para as ações que foram ou deixaram de ser empreendidas, premiação e/ou castigo.

Inicialmente o conceito de *accountability* era dividido em dois enfoques: a *accountability* vertical e a *accountability* horizontal. A primeira efetuava-se sobretudo por meio do voto, e referia-se ao controle exercido pela população sobre os atos de gestão pública. Por meio dela os cidadãos externalizavam os seus sentimentos de aprovação ou reprovação relativamente ao desempenho dos representantes. A última diz respeito ao controle exercido dentro da própria administração pública, por meio de seus órgãos de fiscalização e controle (MOREIRA, 2003, p. 53-54).

Embora O'Donnel considere que a *accountability* societária é uma espécie de *accountability* vertical, diversos autores a consideram como um instituto separado, por considerarem a dicotomia entre Estado e sociedade civil. Entre esses autores estão Smulovitz e Peruzzotti, que solidificaram essa expressão. Para eles, a *accountability* societária é um “mecanismo de controle não-eleitoral, com sustentação na atuação de associações, de movimentos e, também, da mídia, que expõem falhas governamentais, tentam incluir temas no debate (agenda) ou influenciam decisões (políticas)”. (BRANDÃO, 2010, p. 21).

Por sua vez, para Lavalle e Castello (2008, p. 68) a *accountability* societária, ou societal, é a que “é acionada por parte de atores coletivos em funções de representação que são desempenhadas de jure ou de facto perante o poder público e suas instâncias administrativas”. E concluem que ela

tem grande relevância para a teoria democrática e para o futuro das inovações democráticas participativas ensaiadas ao longo dos últimos anos em latitudes diversas. A reestruturação profunda das economias, as transformações do estado e a mudança de paradigmas burocrático-administrativos - expressos em ideias como “governança”, “Estado-rede”, “pluralização do Estado”,

entre outras – multiplicaram as interfaces de contato institucionalizado entre o poder público e interesses sociais organizados e representados, nas quais diferentes modalidades de accountability societal passam a ser possíveis. Isso acontece para além das instâncias tradicionais de representação política e das estratégias de concertação, em que grandes corporações oriundas do mundo do trabalho ocupam posições privilegiadas.

A *accountability* “supõe a obrigação de prestar contas, implica a possibilidade de sanção e compõe um subconjunto do repertório de práticas de controle interinstitucional e social” (LAVALLE e CASTELLO, 2008, p. 68).

Para Lavallo e Castello (2008, p. 69), organizações civis são altamente exigentes nesta dupla face, por serem espaços de interlocução institucionalizados e faculdades decisórias com caráter vinculante. Segundo os autores:

Por um lado, [as organizações civis] satisfazem as expectativas mais elevadas do ideário da democracia participativa, cujos expoentes acusam frequentemente as insuficiências e distorções que nesses espaços minam a “participação” e obstaculizam tentativas autênticas de “partilhar o poder”. [...] por outro lado, impõem exigências a respeito da representatividade, responsividade e sanção dos que falam em nome dos demais, suscitando a velha questão do controle dos controladores.

Sendo assim, podemos ver a importância que o objeto de nosso estudo exerce no âmbito da teoria democrática. A sua análise e aprofundamento são basilares para entendermos a influência dos cidadãos na órbita pública.

Com relação ao combate à corrupção, importante salientarmos que a *accountability* societária é um importante instrumento destinado ao seu controle. A participação popular, por meio dos cidadãos fiscalizando e contribuindo com a gestão da esfera pública, reduz, e muito, a má aplicação do dinheiro público. Seja por corrupção propriamente dita, seja por desperdícios do erário.

3.2. Trajetória das Redes

Antes de tratarmos do histórico das redes em estudo, é importante tratarmos do próprio conceito. Para isso, será feita uma distinção entre três conceitos teóricos: o

movimento social propriamente dito¹, o coletivo em rede² e a rede social no sentido genérico³.

No entanto, antes da realização dessa diferenciação, é importante conceituarmos cada um desses termos.

Segundo Scherer-Warren (2009), por “rede social” nos referimos

a uma comunidade de sentido, na qual os atores ou agentes sociais são considerados como os nós da rede, ligados entre si pelos laços dela, que se referem a tipos de interação com certa continuidade ou estruturação, tais como relações ou laços que se estruturam em torno de afinidade/identificações entre os membros ou objetivos comuns em torno de uma causa. (2009, p. 2).

Ou seja, a rede social nada mais passa de uma teia temática, onde inúmeros atores se relacionam em torno de pontos em comum.

Continuando sua exposição, Scherrer-Warren nos explica que a noção de “coletivos em rede” refere-se a conexões entre organizações empiricamente localizáveis” (2009, p. 2). Em outras palavras, os coletivos em rede são uma “rede de redes”.

Por fim, com relação ao último conceito – os “movimentos sociais “propriamente ditos -, Scherrer-Warren afirma que são

redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas e que conectam, de forma simbólica, solidarística e estratégica, sujeitos individuais e atores coletivos em torno de uma identidade ou identificações comuns, de uma definição de um campo de conflito e de seus principais adversários políticos ou sistêmicos e de um projeto ou utopia de transformação social. (2009, p. 3).

Ciente desses conceitos, podemos relacioná-los e diferenciá-los. Após essa introdução, pode-se notar que esses termos se inter-relacionam, sendo que, em um resumo

¹ Como exemplo de movimentos sociais podemos citar o Movimento Quilombola. Trata-se de um movimento que reúne um mesmo grupo social, qual seja, os quilombolas, por sua identificação étnica e de classe (a identidade coletiva), sua missão em combater o legado histórico do colonialismo, racismo e expropriação (o adversário comum) e com o objetivo de lutar pelo direito à terra comunitária herdada e reconhecimento de sua cultura (projeto de transformação).

² Os coletivos em rede têm como alguns de seus exemplos as ONGs de um mesmo eixo temático participantes de um mesmo fórum setorial/intersectorial da sociedade civil. Podemos citar o Fórum Brasileiro de ONGs, a Rede de ONGs da Mata Atlântica e a Rede Cerrado como representantes desses coletivos.

³ Como exemplos de redes sociais podemos citar as redes de parentesco, redes de amizade e demais redes comunitárias. Elas podem ser constituídas tanto de maneira informal, quanto formal.

sucinto e superficial, os movimentos sociais são a união de coletivos em rede e redes sociais em torno de determinado tema. Por sua vez, os coletivos em rede nada mais são do que um agrupamento de redes sociais. E, por fim, estas são a conexão entre agentes e atores também em torno de um tema/objetivo em comum.

A Rede AMARRIBO Brasil – IFC e a Rede OSB são as duas principais redes de ONGs voltadas ao combate à corrupção e controle social da Administração Pública.

Nos próximos tópicos passaremos a analisar individualmente cada uma delas.

3.2.1. Rede AMARRIBO Brasil – IFC

A Rede AMARRIBO Brasil – IFC é uma organização sem fins lucrativos, com título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, e tem sua sede em Ribeirão Bonito – São Paulo. Ela foi formada oficialmente em 2011, quando passou a congregar diversas entidades que atuam na área do combate à corrupção e controle social. Muitas dessas ONGs surgiram do próprio exemplo do que podemos chamar de ONG-mãe da Rede – a Associação dos Amigos de Ribeirão Bonito (AMARRIBO).

A ONG AMARRIBO surgiu em 1999, com o intuito de unir cidadãos ribeirão-bonitenses e outros amigos e simpatizantes para contribuir com o desenvolvimento do município de Ribeirão Bonito-SP.

Ocorre que na busca deste intento, os membros da ONG encontraram empecilhos, conforme fica bem claro nas palavras da própria entidade:

Ao procurar colocar seus planos em prática, [a ONG AMARRIBO] deparou-se com uma grosseira corrupção institucionalizada. A necessidade de combater esse mal entranhado na administração municipal corrupta que minava todas as iniciativas voltadas para o desenvolvimento da cidade tornou-se fundamental, e foi nessa batalha que a entidade forjou o seu caráter. (AMARRIBO, 2012, p. 17)

Sendo assim, a ONG AMARRIBO teve uma atuação importante dentro do município de Ribeirão Bonito-SP, onde, por meio de realização de audiências públicas, mobilização da população, ela conseguiu afastar diversos políticos locais envolvidos em esquemas de corrupção. Segundo dados do portal da entidade, foram cassados 2 (dois) prefeitos e 5 (cinco) vereadores.⁴

⁴ Disponível em: www.amarribo.org.br/pt_BR/conheca/historico. Acesso em: 07 de ago de 2014.

A experiência da ONG de Ribeirão Bonito inspirou diversos outros cidadãos a se organizarem e repetirem o modelo em seus municípios. Essas entidades aliadas a outras que já atuavam nessa temática, como é o caso do Instituto de Fiscalização e Controle e a Força Tarefa Popular, se uniram, e dessa união surgiu a Rede AMARRIBO Brasil – IFC, em 2011. Essa Rede hoje conta com 216 entidades espalhadas por municípios de todo o Brasil.

O último avanço da Rede AMARRIBO Brasil – IFC tem sido sua internacionalização. Neste ano de 2014 ela já vem trabalhando como um capítulo da ONG “Transparency International”. Resumidamente, trata-se de uma organização global que busca reunir esforços por parte de setores do governo, empresarial e sociedade civil na busca da erradicação da corrupção. Esse projeto de transformação da AMARRIBO Brasil – IFC em capítulo da Transparência Internacional ainda está dando os seus primeiros passos, no entanto, tende a ser muito importante para o fortalecimento não só do trabalho de controle social por parte dos cidadãos e ONGs brasileiros, como da própria atuação da Rede.

3.2.2. Rede Observatório Social do Brasil - OSB

A Rede OSB congrega diversos Observatórios Sociais por todo o Brasil. Ao todo são 78 Observatórios atuando em nível municipal. Segunda a definição do própria Rede, por meio de seu sítio eletrônico, o Observatório Social

é integrado por cidadãos brasileiros que transformam o seu direito de indignar-se em atitude: em favor da transparência e da qualidade na aplicação dos recursos públicos. São empresários, profissionais, professores, estudantes, funcionários públicos que at e outros cidadãos que, voluntariamente, entregam-se à causa da justiça social.

Ou seja, tratam-se de ONGs que atuam na área do Controle Social visando a boa gestão do dinheiro público. Eles atuam principalmente na área de compras do Poder Público, fiscalizando os processos licitatórios. A educação fiscal e o acompanhamento dos Legislativos Municipais também são importantes pontos de atuação.

A experiência originária desse modelo se deu na cidade de Maringá-PR, onde até hoje funciona o Observatório Social de Maringá. Os empresários da Associação Comercial e Empresarial de Maringá (ACIM), por meio do Programa de Orientação para o Estágio (Instituto PROE) e pela Federação das Associações Comerciais do Paraná

(FACIAP), se uniram em 2004 e criaram o Movimento pela Cidadania Fiscal em 2005. Esse movimento tinha como foco a qualidade da aplicação dos recursos públicos, a redução da carga tributária e a educação fiscal. O Movimento tomou mais corpo quando se uniu a outras Entidades, sobretudo à Sociedade Eticamente Responsável – SER Maringá. Com isso, deu-se a origem do Observatório Social de Maringá em 2006.⁵

Inspirados pelo Observatório Social de Maringá, diversos outros Observatórios foram fundados. Até 2008, a Rede permaneceu centrada em Maringá, quando então foi criado o OSB, com sede em Curitiba-PR.

⁵ Disponível em: <http://obsitu.org/?page_id=14>. Acesso em 07 ago 2014.

4 RELATOS DE FILIADAS DAS REDES AMARRIBO BRASIL – IFC E OBS

A atuação de OSCs em temas como o “controle social” e o “combate à corrupção” tem se mostrado muito relevante na efetivação das políticas públicas. Anualmente milhões de reais deixam de ser desviados e uma série de malfeitos na administração pública tem vida curta, como resultado do trabalho de cidadãos comprometidos com a causa pública. No Brasil, duas importantes redes de entidades civis têm se destacado nesta temática. Tratam-se das Redes AMARRIBO Brasil – IFC e da Rede OSB.

Neste capítulo, descreve-se a metodologia de análise da forma de atuação e de relacionamento entre a rede AMARRIBO, a rede OSB e o Estado. Em seguida, apresentam-se as constatações gerais a este respeito, apontando para as diferenças/semelhanças encontradas na forma de atuação e de relacionamento entre elas e o Estado.

4.1. Metodologia:

Como visto no capítulo anterior, a Rede AMARRIBO Brasil – IFC e OSB são compostas por uma grande quantidade de ONGs espalhadas em todo o território nacional. Mediante isto e a impossibilidade de análise de todas as ONGs vinculadas às duas redes, solicitou-se à elas que indicassem as ONGs a serem entrevistadas. O critério adotado foi a antiguidade de filiação das entidades, e sua representatividade junto às Redes.

A Rede AMARRIBO Brasil indicou nove entidades: 1) Alerta Antonina do Norte (Antonina do Norte - Ceará), 2) Amigos Associados de Analândia – AMASA (Analândia – São Paulo), 3) Associação dos Amigos de Januária – ASAJAN (Januária – Minas Gerais), 4) Associação dos Amigos de Ribeirão Bonito – AMARRIBO (Ribeirão Bonito – São Paulo), 5) Bauru Transparente – BATRA (Bauru – São Paulo), 6) Força Tarefa Popular – FTP (Piauí), 7) Instituto de Fiscalização e Controle – IFC (Distrito Federal), 8) ONG Guará (Águas da Prata – São Paulo) e Transparência Cachoeirense (Cachoeira Dourada – Goiás).

A Rede OSB, por sua vez, indicou seis entidades: 1) Observatório de Gestão Pública de Londrina (Londrina – Paraná), 2) Observatório Social de Cascavel (Cascavel – Paraná), 3) Observatório Social de Guarapuava (Guarapuava – Paraná), 4) Observatório Social de Mandaguari (Mandaguari – Paraná), 5) Observatório Social de Rolim de Moura (Rolim de Moura – Rondônia), e, por fim, o próprio 6) OSB (Brasil).

Para a realização do presente trabalho, utilizou-se a metodologia da revisão bibliográfica, levantamento documental e aplicação de questionários a membros de ONGs de Controle Social e Combate à Corrupção.

Em um primeiro momento foi definido o foco da pesquisa, que restou pontuado no relacionamento entre ONGs de Controle Social e Combate à Corrupção e o Estado. Ao se analisar o cenário nacional, foram constatadas duas importantes Redes de entidades que atuam nesta temática. A primeira é a Rede AMARRIBO Brasil – IFC, com sede em Ribeirão Bonito-SP. A última é a Rede OSB.

Em decorrência do grande número de filiadas de ambas as Redes, foi necessário selecionar um grupo menor de ONGs para realizar o presente estudo. Para isso, a metodologia utilizada foi a de entrar em contato com os coordenadores das Redes, e solicitar que as mesmas indicassem um grupo das entidades mais antigas e consolidadas.

As entrevistas, em regra, foram feitas por meio de videoconferência, e tiveram como perguntas norteadoras o questionário contido no Apêndice deste trabalho. As exceções se deram com relação ao Observatório Social de Mandaguari e o OSB, que responderam a pesquisa por escrito. Houve também uma entidade, que devido a apertada agenda de seus dirigentes, não pôde participar da entrevista nas datas que constavam no cronograma para elaboração desta monografia. É o caso da Associação dos Amigos de Ribeirão Bonito – AMARRIBO.

A quase totalidade das entrevistas se deu com um representante de cada entidade. As exceções são os casos das ONGs “Amigos Associados de Analândia” e “Força Tarefa Popular”, que tiveram dois entrevistados.

A presente análise se deu tanto por revisão bibliográfica, no que diz respeito a questões teóricas e contextuais, quanto por análise documental e de casos concretos.

Na análise específica do relacionamento das entidades com o Estado, foi utilizado como referencial teórico o artigo: “A Atuação das Organizações não-Governamentais entre o Estado e o Conjunto da Sociedade”, de Ana Cláudia Chaves Teixeira. Nessa obra a autora dispõe que existem três principais tipos de encontros: 1) “ENCONTRO PRESSÃO” – pode ser caracterizado como uma relação menos formal que envolve, por um lado, pressão, monitoramento e crítica por parte da ONG junto ao Estado, e, por outro, em alguns casos, proposição, colaboração e acompanhamento dos passos dos órgãos do governo; 2) “ENCONTRO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS” – é aquele caracterizado por um serviço prestado pela ONG, no qual o Estado se relaciona com ela como se estivesse contratando os serviços de uma empresa, seja para fazer consultoria, seja para fazer um

serviço específico; 3) “ENCONTRO PARTICIPATIVO” – envolve a consolidação de projeto elaborado conjuntamente entre poder público e ONG. (TEIXEIRA, 2002).

4.2. Relatos das Entidades Filiadas à AMARRIBO Brasil – IFC:

A seguir, passaremos a analisar as entrevistas realizadas com os representantes das entidades pesquisadas.

4.2.1 ONG Alerta Antonina

A ONG Alerta Antonina surgiu no município de Antonina do Norte. Este, com uma população estimada em aproximadamente sete mil habitantes, está localizado microrregião de Várzea Alegre, na mesorregião do Centro-Sul Cearense.

A entidade nasceu no início de 2009, quando um grupo de cidadãos antoninenses indignados com a má gestão administrativa do município, e os inúmeros problemas na prestação dos serviços públicos mais básicos, resolveram se unir. O grupo político do então prefeito, governava o município há mais de duas décadas.

Como toda cidade pequena, do interior do nordeste brasileiro, a administração de Antonina do Norte se alternava nas mãos de dois grupos políticos. A divisão entre a esfera pública e privada era de difícil constatação. Com uma grande porcentagem da população com pouco estudo formal, e boa parte de sua juventude migrando para os grandes centros urbanos da região sudeste do país, os moradores de Antonina do Norte permaneciam reféns a uma administração pública ineficiente.

Foi entrevistado um dos fundadores da entidade. O primeiro passo da ONG se iniciou como uma iniciativa sua, quando, retornando para o município de Antonina do Norte, depois de um período em que residiu no Rio de Janeiro, encontrou grande disparidade entre os serviços públicos prestados entre sua cidade natal e a capital fluminense. Ocorre que, após alguns meses pode notar que essa má qualidade dos serviços públicos não derivava somente do tamanho do município, mas principalmente pelo fato de que, em tese, os recursos públicos eram desviados.

Inconformado com a situação, o entrevistado começou a publicar suas angústias com a administração pública em uma página da extinta rede social Orkut. Nessa página, ele, dentre outras coisas, publicou fotos de prédios públicos abandonados e má prestação dos serviços públicos. A iniciativa teve grande adesão e repercussão. Inúmeros cidadãos

antoninenses que residiam fora da cidade natal, puderam acompanhar essas falhas. Com isso puderam ver inúmeros problemas que não tinham acesso quando visitavam a cidade. Em regra, essas visitas ocorriam apenas nos períodos de eleição, quando os políticos financiavam a passagem, ou até mesmo fretavam ônibus, para que os munícipes pudessem votar. Como sempre esse período era regado a muita festa e alegria, os cidadãos que moravam distantes do município não se atentavam para os problemas da cidade. Com a criação da página “Alerta Antonina” eles puderam acompanhar a situação, e muitos também se solidarizaram à causa de Francisco.

Pouco tempo depois da criação da página, o fundador entrou em contato com a Rede AMARRIBO Brasil – IFC. Isso deu força à criação da ONG Alerta Antonina, que teve importantes conquistas. Na opinião do entrevistado, a principal delas foi a proibição do transporte escolar em situação precária por meio de caminhões. A prática era comum não só no município de Antonina do Norte, como em diversas cidades do estado do Ceará. Os administradores públicos não tinham interesse em adquirir ônibus escolares, pois em regra para realizar o transporte escolar eram contratados caminhões de aliados políticos. Com a atuação da ONG Alerta Antonina, a situação foi levada até as autoridades competentes, e veio a ser vedada por ação proposta pelo Ministério Público, em todo o estado do Ceará.

A atuação da ONG Alerta Antonina, das entidades estudadas, certamente foi a que teve maior índice de perseguição por parte da administração pública. O seu fundador e então presidente, chegou até mesmo a sofrer agressões físicas por parte de colirregionários do então prefeito municipal. Em decorrência das inúmeras ameaças de morte que sofreu, o entrevistado e sua família tiveram que fugir para outra região. A situação é grave, pois ele permanece exilado em seu próprio país, como ele mesmo afirmou para o jornalista Augusto Nunes, da Revista Veja.⁶

4.2.2 ONG Amigos Associados de Analândia – AMASA

Outra entidade que apresentou forte índice de perseguição política foi a ONG “Amigos Associados de Analândia”. Localiza-se no município de Analândia, região de

⁶ Reportagem disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/tag/movimento-popular-alerta-antonina-do-norte/>>. Acesso em: 09 ago 2014.

São Carlos, no estado de São Paulo. A cidade, com pouco mais de 4.000 habitantes, foi palco do único caso estudado por esta pesquisa onde, em decorrência da atuação da ONG, houve até mesmo um homicídio.

Como representantes da entidade, foram entrevistados dois de seus membros.

Para compreendermos a história, é necessário voltar a 2009, quando um grupo de cidadãos, inspirados pelo modelo da ONG AMARRIBO, que se localiza no município vizinho de Ribeirão Bonito, resolveram montar uma ONG similar. Inicialmente com foco na questão ambiental do município, o espectro de atuação também evoluiu para a questão do Controle Social e Combate à Corrupção.

Ainda em decorrência de sua atuação ambiental, a AMASA começou a investigar a questão da estação de tratamento de esgoto de Analândia. A obra, embora iniciada há quase uma década no período da atuação, ainda não tinha sido finalizada. No entanto, as informações oficiais era de que ela já estava em funcionamento. Outra situação que vinha incomodando os ativistas dizia respeito ao aterro sanitário da cidade. Embora ele estivesse em funcionamento, o lixo da cidade era destinado até a cidade de Guatapará-SP, localizada a 140 quilômetros.

Em decorrência das investigações, assim como ocorreu com o entrevistado da ONG Alerta Antonina, o presidente da AMASA também foi agredido. O fato teve como autor o proprietário da empresa que realizava o transporte dos resíduos sólidos do município. Ele, coincidentemente, era parente do então prefeito do município.

A situação se agravou quando a atuação da AMASA começou a sensibilizar membros da base política do então chefe do executivo municipal. Um dos vereadores pertencente ao mesmo partido do prefeito, ao constatar as irregularidades que, mesmo por omissão, estava sendo conivente, passou a reprová-las. O edil começou então a realizar suas próprias investigações, e a realizar denúncias na tentativa de desarticular os malfeitos.

Foi então em que em 10 de outubro de 2010, o citado vereador analandense foi assassinado com sete tiros. No dia 29 de maio de 2014, ocorreu o julgamento do mandante do crime, que foi condenado a 18 anos de prisão. O homicida é irmão de um ex-prefeito de Analândia. Para a polícia, o assassinato teve motivação política, pois o vereador estava recebendo ameaças por ter feito denúncias das irregularidades da prefeitura.

4.2.3 ONG Associação dos Amigos de Januária – ASAJAN

A ONG ASAJAN está localizada no município de Januária-MG. Esta está situada na região do “Médio São Francisco”, no estado de Minas Gerais. Possui população de 68.065 habitantes, conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Julho/2014).

Dessa entidade foi entrevistado um de seus membros fundadores. Ele é jornalista há mais de 30 (trinta) anos, e advogado. Seu interesse pela temática do combate à corrupção surgiu com o falecimento de seu pai que, após um “acidente vascular cerebral”, foi levado até o Hospital de Januária, onde inexistia material apto para o atendimento, bem como médico para realizá-lo. Ao tentar ser transferido para o Hospital de Montes Claros, há 160Km de Januária, a ambulância que o transportava parou por falta de combustível e, em seguida, acabando o oxigênio do balão. A partir de então, surgiu o interesse pelo combate à corrupção, inclusive o levando a fazer o curso de Direito por entender a importância de tal formação no âmbito tratado.

Como já tinha experiência com entidades, um irmão do entrevistado sugeriu a ele que ajudasse a cidade natal (Januária), com a criação de uma entidade de combate à corrupção. Ao pesquisar sobre o tema, entrou em contato com a AMARRIBO Brasil - IFC, da qual recebeu instruções e apoio, apelidando, inclusive, o material que lhe foi enviado de “Kit ONG”. Foi assim que se tornou um dos fundadores da ASAJAN, em outubro de 2004.

A ASAJAN, a princípio, foi inspirada na AMARRIBO Brasil – IFC, com atuação na defesa do meio-ambiente, do patrimônio histórico e cultural e, finalmente, no combate à corrupção. Porém, durante estes 10 (dez) anos de existência, o foco da entidade acabou se concentrando no combate à corrupção.

Na opinião do entrevistado, a principal conquista da ASAJAN foi demonstrar para a população a possibilidade – e até mesmo dever – de reação diante das ações do Estado, dando a assistência necessária para apoderar, gerar segurança e confiança nas atitudes de combate à corrupção, assim como em seus resultados.

Já com relação às dificuldades, o entrevistado cita a luta contra a falta de recursos.

Ele cita ainda, como vantagem de filiação à Rede AMARRIBO Brasil – IFC a troca de experiências, aquisição de conhecimentos sobre as variadas e mutáveis formas de corrupção e, acima de tudo, novas maneiras de atuação no movimento anticorrupção.

Hoje, a ASAJAN é formada por 32 (trinta e duas) pessoas. São homens em sua maioria, com faixa etária entre 18 (dezoito) a 60 (sessenta) anos. A maior parte dos membros é formada em nível superior, sendo professores, advogados, enfermeiros, analista de sistema, dentre outras profissões. Entre esses membros há um grupo mais restrito com 8 (oito) membros fundadores, o que o entrevistado chama de “núcleo duro”.

Não há uma sede física para a entidade. As atividades, assim como a comunicação entre os membros se dão precipuamente via *internet*.

Com relação ao custeio da entidade, por inexistir mensalidade fixa para os membros, a arrecadação se dá de maneira informal, a partir de necessidade imediatas.

Não existe uma frequência pré-determinada para as reuniões, sendo que elas ocorrem conforme são apresentadas as necessidades, prioritariamente investigações e outras atuações da entidade. Os trabalhos e tarefas são divididos entre os membros durante essas reuniões.

Com relação ao relacionamento de sua entidade com o Estado, de acordo com o entrevistado, especialmente na relação com a Prefeitura Municipal, a entidade atua contra a corrupção, o que faz a relação ser conflituosa, onde em regra ocorre o “encontro pressão”.

Questionado sobre qual seria o perfil da ASAJAN – se mais combativa ou mais técnica, o entrevistado disse que ela se enquadra em ambos os perfis. Técnico por possuir em sua formação profissionais capacitados em várias áreas, podendo realizar estudos. Combativo por terem se tornado catalizadores de denúncias na região de atuação.

A entidade ideal, na opinião do entrevistado, seria aquela que pudesse realizar o controle prévio, assim nos moldes dos Observatórios Sociais, evitando, portanto, a ocorrência dos fatos ilícitos.

Ressaltou também que a ASAJAN atualmente funciona de forma repressiva, muito embora, na modalidade preventiva haja certo tipo de movimentação, especialmente quanto às licitações, quando os membros da entidade encaminham o edital para um número expressivo de empresas, ocasionando o aumento da concorrência e, conseqüentemente, diminuindo o risco de possíveis preferências na escolha do vencedor.

Todavia, disse que o ideal seria que a ASAJAN fosse totalmente preventiva, pois quando se trabalha na modalidade repressiva, as provas, assim como a condenação e pagamento se tornam mais difíceis.

Perguntado se já sofreu algum tipo de perseguição política, o entrevistado disse que sim. Já passou por agressões físicas e verbais, foi ameaçado à mão armada e por meio

de telefonemas. Ameaças estas oriundas inclusive da família de um administrador público. No entanto, mesmo após 10 (dez) anos de militância no combate à corrupção, e com as ameaças, não dá muita relevância a este tipo de comportamento.

Com relação à atuação político-partidária de membros de entidades de combate à corrupção, ele disse que acredita que a atuação seja boa. Isso exatamente pela maneira como se comporta a população diante do voto (tentando selecionar por exclusão o menos ruim), existindo, assim, a possibilidade de escolha de uma candidatura mais ética.

4.2.4 ONG Bauru Transparente – BATRA

A BATRA é uma entidade sem fins lucrativos, sem vínculos partidários, que tem como objetivos a defesa da probidade na administração pública e o desenvolvimento do senso de cidadania.

A referida entidade está localizada no município de Bauru, cidade de aproximadamente 340.000 habitantes, no interior do estado de São Paulo. Surgiu em 2009, também pela indignação de seus membros com a corrupção que assolava o município de Bauru-SP. Foi oficialmente criada no dia 21 de novembro de 2009.

Teve importante influência tanto da ONG Marília Transparente – MATRA, quanto da Rede AMARRIBO Brasil.

O entrevistado desta entidade é servidor aposentado da Companhia Energética de SP – CESP. Ele participou da ONG desde sua fundação. Sempre teve interesse pelo combate à corrupção, tendo atuado como colunista de um jornal de seu município.

O envolvimento do entrevistado com a BATRA, como dito anteriormente, surgiu ainda em 2009 com a sua fundação. Atualmente ele exerce o cargo de Presidente da referida entidade.

Ao ser indagado sobre as principais conquistas da entidade, o entrevistado citou: 1 – a instituição de uma Lei da Ficha Limpa municipal; 2 – regulamentação da Lei de Acesso à Informação; 3 – lançamento de publicações educativas; 4 – o projeto “Caravana da Cidadania”, que leva noções de cidadania à alunos de escolas do município; 5 – acompanhamento do legislativo; dentre outros.

As principais dificuldades, segundo ele, se dão com relação a falta de recursos, tanto humanos, como financeiros.

O primeiro contato da BATRA com a Rede AMARRIBO – IFC se deu por intermédio da ONG Marília Transparente, entidade coirmã que estimulou sua criação. As

principais vantagens da filiação à uma rede, segundo o entrevistado, é o conhecimento, acesso à informações e ações, e fortalecimento das demandas comuns.

A entidade é composta por aproximadamente 50 pessoas, sendo 21 membros da diretoria. Em sua maioria homens acima de cinquenta anos. Ela funciona em uma casa emprestada por um morador do município. Há um colaborador que realiza atendimento ao público no período vespertino, durante os dias úteis da semana. O gasto mensal gira em torno de R\$2.600,00, e é custeado sobretudo por doações dos membros. A diretoria realiza reuniões quinzenais.

Conforme a opinião do entrevistado, a BATRA, ao contrário das duas entidades anteriores, tem um relacionamento que se enquadraria melhor como um encontro participativo. Esse fato pode tanto ser reflexo de Bauru se tratar de um município de médio porte, quanto das estratégias de abordagem da BATRA.

Esta entidade tem concentrado seu trabalho mais no viés de capacitação e mobilização para a cidadania. Tem desenvolvido importantes projetos como o “I Torneio Interescolas Cidadania Consciente”, onde é feita uma gincana entre diversos colégios públicos e privados sobre esta temática. Há também o Projeto Ágora, em que se desenvolve um trabalho com os estudantes da educação infantil, ensino fundamental, médio e superior, conteúdos e atividades que instrumentalizem, incentivem e desenvolvam o gosto pelo exercício amplo da cidadania, na tentativa do fortalecimento da democracia participativa.

4.2.5 Força Tarefa Popular - FTP

Com atuação no âmbito do Estado do Piauí, a Força Tarefa Popular é uma articulação da sociedade civil, que envolve cidadãos, ONGs, sindicatos, associações e outras entidades, com o foco no combate à corrupção.

Foram entrevistados dois membros desta entidade. A primeira atua na entidade desde 2009, ela é assistente social e professora universitária. Seu interesse pela temática do combate à corrupção surgiu da experiência que teve ao lecionar a disciplina de “Gestão e Controle Social”.

O segundo é advogado, tendo seu interesse despertado para essa temática por conta de sua atuação na fiscalização de gestão pública, e em promoção de cursos sobre o tema em sindicatos e entidades comunitárias.

Esta coalizão atua principalmente em atividades de formação, capacitação e fiscalização das ações governamentais, sobretudo nas áreas de combate à corrupção e controle social. Ela não tem personalidade jurídica, mas existe de fato desde 1999.

As principais conquistas da entidade, segundo os entrevistados, foi chamar a atenção da sociedade para o controle social, a utilização de mecanismos de democracia direta, e o empoderamento da população, por meio de capacitação na área da cidadania.

As principais dificuldades foram a mobilização dos cidadãos, dado que a entidade atua sobretudo em municípios pequenos, geralmente sob as rédeas de chefes políticos locais, que desestimulam tal atuação. No fim, o medo de perder o emprego, ou de sofrer maiores retaliações, faz com que a população não se interesse pelo controle social, e por entidades como a FTP.

O primeiro contato da FTP com a Rede AMARRIBO se deu após um convite da Rede, sugerindo que ela passasse a fazer parte da organização. As principais vantagens dessa união, na opinião dos entrevistados, é a troca de experiências, e o fortalecimento do movimento de combate à corrupção no Brasil.

A entidade é composta por diversas organizações. Há alternância na formação de sua direção. Há aproximadamente 8 articuladores principais. Esse grupo tem formação bem heterogênea. A maioria tem entre 40 e 50 anos.

Quanto à estrutura, não há sede física, nem conta bancária.

A principal atividade da Força Tarefa Popular é a Marcha Contra a Corrupção e pela Vida, que ocorre anualmente.

Na opinião dos entrevistados, o relacionamento da FTP com o Poder Público se enquadra sobretudo pelo “Encontro Pressão”. Ela costuma ser mais combativa e preventiva.

4.2.6 ONG Instituto de Fiscalização e Controle – IFC

O IFC, conforme a auto definição em seu portal eletrônico oficial⁷, é:

um grupo de voluntários, profissionais da área de fiscalização e controle a cargo do Poder Público, ligados a várias entidades representativas de classe, tais como a AUDITAR – União dos Auditores Federais de Controle Externo, UNACON – Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle, AUDICAIXA – Associação dos

⁷ Vide ifc.org.br/novo/quemsomos.php

Audidores Internos da Caixa Econômica Federal, ANEAC – Associação Nacional dos Engenheiros e Arquitetos da Caixa Econômica Federal e outras, que em 31 de maio de 2005, criaram o Instituto de Fiscalização e Controle.

Segundo o Estatuto Social do IFC, ele tem por finalidade incentivar e fortalecer as ações de acompanhamento e fiscalização da gestão financeira dos recursos públicos, tanto por parte da sociedade civil, como por parte dos órgãos públicos, contemplando a valorização e o reconhecimento dos profissionais que atuam nas atividades concernentes, nas três esferas do governo, tanto na Administração Direta quanto Indireta, incluindo as entidades de natureza fundacional, autárquica, empresariais e reguladoras.

O IFC atua em âmbito nacional, embora sua sede física fique em Brasília, e tem como missão “incentivar o controle social nos municípios brasileiros promovendo ética e moralidade na gestão dos recursos públicos.

Foi entrevistado um dos membros do IFC. Ele é graduado em Comunicação Social e mestre em Administração Pública. É funcionário do Tribunal de Contas da União - TCU, onde exerce o cargo de Auditor Federal de Controle Externo.

Segundo ele, seu interesse pela temática do “combate à corrupção” surgiu em decorrência da própria atividade profissional que desempenha junto ao TCU. Em 2005, depois de ter iniciado o projeto “Adote um Município”, em parceria com a AMARRIBO, ele criou o IFC. Atualmente é titular do cargo de Diretor de Programas de Assessoria a ONGs do IFC.

Com foco de atuação na área do “controle social e combate à corrupção”, para o entrevistado as principais conquistas do IFC foi “disseminar uma cultura participativa no controle dos gastos públicos”. Ele diz ser muito difícil mensurar o impacto desta atuação. Quanto ao combate à corrupção, para ele há diversas questões pessoais que podem ser mencionadas, como, por exemplo, o afastamento de prefeitos, a melhoria na prestação de serviços públicos, e outras similares.

Com relação às dificuldades, o entrevistado pontua que “envolver o cidadão na fiscalização dos recursos públicos, dada uma cultura de acomodação que existe”, seria a principal delas.

O IFC, junto com a AMARRIBO, foram os principais articuladores da Rede AMARRIBO Brasil – IFC. Para o entrevistado, as principais vantagens da filiação na Rede é a “cooperação, troca de experiências, auxílio em momentos de maior dificuldade”.

Os membros do IFC normalmente são servidores públicos ligados à área de controle. São em torno de 10 (dez) pessoas, predominantemente homens, com curso superior, e idade entre 35 (trinta e cinco) e 60 (sessenta) anos.

A ONG funciona em uma casa alugada, de 400 m², que divide com outras entidades com objetivos similares ao dela. Há um funcionário e uma estagiária, na estrutura de recursos humanos da mesma.

O gasto mensal gira em torno de R\$ 15.000 (quinze mil reais), que são arrecadados de contribuições de associações e sindicatos de servidores públicos da área de controle.

É feita pelo menos uma reunião mensal.

Questionado sobre em qual das três relações entre ONG e Estado definidas por TEIXEIRA (Encontro Pressão, Encontro Prestação de Serviços, e Encontro Participativo) o IFC se enquadraria, o entrevistado não chegou a escolher nenhuma delas, mas disse que: “não recebemos recursos públicos, mas podemos desenvolver ações de cooperação que não envolvam transferências financeiras”. Sendo assim, pode-se entender que o encontro que mais se aproxima da atuação da entidade em análise é o “Encontro Participativo”).

Todavia, também é possível encontrar elementos de “Encontro Pressão” nas respostas do entrevistado, pois ao ser perguntado sobre se o IFC era mais combativo ou técnico, ele a classificou na primeira categoria. O entrevistado complementa que o ideal é um misto dos dois perfis, pois ambos são “válidos e necessários”.

Perguntado sobre em qual categoria enquadrar o IFC (preventiva ou repressiva), ele disse que: “nosso foco é, por meio da auditoria cívica, melhorar a prestação dos serviços públicos. Além disso, fazemos também representações ao Poder Público em alguns casos de corrupção”. Para ele o ideal também é um equilíbrio entre as duas categorias, visto que “entidades não têm poder de polícia, mas podem fazer denúncias. Cabem os dois tipos de atuação”.

Disse que não há diferença entre o relacionamento do IFC com o Legislativo ou Executivo, pois “esses poderes, atualmente, estão umbilicalmente interligados em função de interesses comuns”.

Com relação às perseguições em função de sua atuação junto à ONG, informou que no seu local de trabalho não permitem que ele assuma funções de confiança. E que não sabe definir em qual nível de perseguição (de 1 a 10) poderia enquadrar o seu caso.

Por fim, o entrevistado aprova a atuação político-partidária de membros da entidade. Ademais, disse que ele próprio é candidato à Câmara Legislativa do DF, e que

é necessário saber delimitar as ações em cada direção, para que uma não comprometa a outra.

4.2.7 ONG Guará

A Associação Guardiões da Rainha das Águas, mais conhecida por ONG Guará, é uma entidade social de combate à corrupção e defesa do meio ambiente, que atua em Águas da Prata-SP. Este município é uma estância hidromineral que está localizado a 238 km de São Paulo, na microrregião de São João da Boa Vista-SP. Com 7.584 habitantes (Censo IBGE/2010), o município é um polo turístico, contando com diversos recursos naturais, como cachoeiras, cascatas, lagos, unidade de conservação. Exatamente por este motivo, da mesma forma que a AMARRIBO, a atuação da ONG Guará se iniciou com o mote da defesa do meio ambiente.

A representante da entidade entrevistada é formada no curso de Licenciatura em Letras, atuou como professora de português, e atualmente se encontra aposentada.

Seu interesse pela temática do combate à corrupção começou com um fato que ocorreu em seu município. O então prefeito, juntamente com a Câmara dos Vereadores, aprovaram uma lei que mudava o título da cidade de “Rainha das Águas” para “Jovem Guarda”. A polêmica se instalou pois a população não foi consultada sobre a mudança, que desagradou a maioria dos moradores. O motivo do desgosto era que a cidade não tinha vínculo algum com o movimento do final da década de 60. Não tinham nem vínculos com algum dos artistas da Jovem Guarda, que sequer haviam se apresentado no município. Parte da população se reuniu, então, para saber como anular a lei polêmica, e foi então que descobriram a AMARRIBO.

A entrevistada é Vice-Presidente da ONG Guará, e atua na entidade desde a sua fundação, em 2007.

Na opinião da mesma, as principais conquistas da ONG Guará foi anular a citada lei, expulsar mineradoras e multinacionais canavieiras que se instalaram na cidade, e estavam degradando o patrimônio ambiental, e, por fim, melhorar a moralização da Câmara dos Vereadores.

Por sua vez, as principais dificuldades são conseguir envolver a população na causa, e sobretudo os recursos financeiros.

O contato com a Rede AMARRIBO Brasil – IFC se deu logo na criação da entidade. A Rede forneceu todo o suporte para os primeiros passos da entidade,

fornecendo estatuto e outras orientações para a fundação da ONG Guará. Na opinião da entrevistada a filiação à uma Rede é muito vantajosa, dado que houve um fortalecimento da ONG com as chamadas “Caravanas da Cidadania” promovidas pela AMARRIBO. Trata-se de evento realizado de forma itinerante em município, para estimulá-los a se envolverem no controle social e combate à corrupção.

A ONG Guará conta com membros só do sexo feminino, sendo que o perfil é bem heterogêneo, tendo aposentadas, jovens, pessoas com nível superior.

A entidade não tem uma estrutura física, uma sede, pois funciona na própria casa de membros. Também não há despesas fixas, sendo que os gastos esporádicos são custeados mediante rateio entre os associados. Da mesma forma, as reuniões se dão prioritariamente de maneira informal, onde os membros se reúnem sempre que entendem necessário.

Com relação ao formato de encontro entre a ONG e o Estado que, na opinião da entrevistada, ocorre na ONG Guará, ela entendeu ser “Encontro Pressão”.

Já quanto à definição do perfil, se técnico ou combativo, a entrevistada entendeu que há um misto dos dois perfis na atuação da entidade. E que o ideal é que exatamente haja essa harmonia entre esses perfis.

Todavia, com relação à escolha do perfil preventivo ou repressivo para a entidade, Yara entendeu que a ONG atua de forma repressiva. No entanto, diferentemente do que a escolha do perfil anterior, nesse a entrevistada disse que o perfil ideal é exatamente o que não ocorre na entidade, ou seja, ser preventiva.

Em Águas da Prata, na opinião da entrevistada, há diferença entre o relacionamento da ONG com o Legislativo e Executivo. Com o primeiro há um bom relacionamento, todavia com o segundo o mesmo é um pouco mais complicado.

Quanto a perseguições, a entrevistada disse que há uma tentativa de desmoralizar a ONG, seja promovendo notícias infundadas da entidade, seja dizendo que a culpa de problemas do município é da mesma.

Por fim, quanto a atuação político-partidária dos membros, a entrevistada entende que ela não deve haver, e que os membros devem se afastar da entidade.

4.2.8 ONG Transparência Cachoeirense

A ONG Transparência Cachoeirense, assim como as outras já citadas, também é uma entidade que atua no combate à corrupção. Segundo as informações de seu sítio

eletrônico⁸, esta ONG “visa uma cidade governada com democracia, transparência, justiça social e desenvolvimento. Luta contra qualquer forma de discriminação, perseguições e favoritismos indevidos”.

Ela tem atuação no município de Cachoeira Dourada-GO, localizada na microrregião “Meia Ponte”, no sul do estado de Goiás. Fica a 240 km de Goiânia, e tem uma população de 8.267 habitantes (Censo IBGE/2010). Assim como no caso da ONG Guará, o município também tem grande potencial turístico, por apresentar fontes de águas termais com propriedades terapêuticas.

O entrevistado é Técnico em Mecânica e Eletromecânica, e Bacharel em Direito. Exerce o cargo de Diretor de Meio Ambiente e Direitos Humanos da ONG Transparência Cachoeirense.

Ele sempre se interessou pelo tema do “combate à corrupção”, por já ter tido problemas com a má prestação de serviços públicos. Quando foi morar em Cachoeira Dourada-GO, ele passou a ficar inconformado com a situação dos serviços do município. Apesar de ser uma das melhores arrecadações *per capita* do Estado de Goiás, em sua opinião, a qualidade dos serviços públicos não acompanham.

Entrou em contato com a AMARRIBO Brasil – IFC por meio de cartilha divulgada nas agências do Banco do Brasil. Inicialmente o entrevistado começou a dar vazão ao seu inconformismo por meio de um *blog*, onde publicava os fatos que o indagava. Todavia, após sofrer algumas ameaças ele recuou, e, já em contato com a AMARRIBO, se uniu a ONG Cachoeira Dourada, que já estava dando seus primeiros passos em 2010.

Uma das principais conquistas da entidade, na opinião do entrevistado, foi a cassação de diretos políticos de dois prefeitos da região, por problemas de improbidade administrativa. Além disso, com a atuação da ONG, foi economizado aproximadamente R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Já com relação as dificuldades, ainda em sua opinião, há o problema de tentativa de cooptação da entidade, falta de transparência e acesso à informação pública. Outro problema é a falta de recursos financeiros.

A AMARRIBO acompanhou toda a formação da entidade, e a relação se mantém muito forte, de maneira diária. Na opinião do entrevistado, é muito importante o fato de

⁸ Vide cachoeira-dourada.blogspot.com.br

estar em rede, dado que “a luta solitária faz a gente desanimar”, sendo importante a solidariedade nos momentos de pressão.

A entidade é formada por 12 (doze) membros, na faixa etária de 30 a 60 anos. Sendo que desses há três mulheres. Há aposentados, engenheiros, professora, enfermeira, dona de casa.

O financiamento da entidade se dá com a doação de simpatizantes. O custo mensal não passa de R\$ 200,00 (duzentos reais). A sede é a própria residência do presidente da ONG. Todavia é feita bastante articulação por meio da *internet*. Não há reuniões periódicos, mas sempre que há necessidade.

Perguntado sobre o relacionamento da ONG com o Estado, disse que prevalece o Encontro Pressão, apesar de já ter havido momentos em que ocorreu as duas outras formas de encontro.

Quanto ao perfil (técnico/combativo), segundo o entrevistado ela está bem equilibrada. A ONG já foi bem mais contundente, agora procura manter um pouco mais da diplomacia, sem perder o aspecto combativo. Para ele o perfil ideal se dá com momentos para os dois estilos: “Há momentos que você tem que ir para o combate, para quem não esqueçam que você tem coragem de combater. Mas há momentos que você tem que ser muito técnico”.

Quanto ao perfil (preventivo/repressivo), ele diz que “sempre no início de mandato tentamos ser participativos, mas quando o Poder Público passa a deixar de ter boa vontade, temos que tomar uma ação mais corretiva”. Completa dizendo que o ideal é que sempre se atue de forma preventiva.

No que se refere a perseguições políticas, disse que já sofreu ameaças contra a integridade física e moral.

Por fim, a ONG não proíbe a filiação partidária por parte de seus membros, mas a entidade, como órgão, não pode ter atuação político partidária.

4.3. Relatos das Entidades Filiadas ao OSB

4.3.1 Observatório de Gestão Pública de Londrina-PR

O Observatório de Gestão Pública de Londrina - OGPL, está localizado em Londrina-PR. Trata-se do segundo principal município do Estado, distando 381 km da capital paranaense. Tem uma população de 537.566 habitantes (Censo IBGE/2013).

O entrevistado é Auditor da Receita Federal Aposentado e Advogado Tributarista. Atualmente é o Presidente do OGPL, sendo que foi membro fundador da entidade, nos idos de 2009.

A ONG atua nas áreas de “controle social”, especialmente na área de licitações, e no fortalecimento da cidadania.

Para o entrevistado, a principal conquista do OGPL foi a obtenção de seu reconhecimento por parte da comunidade. Por sua vez, quanto às dificuldades, ele pontua a questão dos recursos humanos.

O OGPL fez parte da própria criação do OSB. No início as entidades se congregavam ao redor da experiência máter do Observatório Social de Maringá, todavia com o aumento do número de Observatórios fez-se necessário a criação de uma rede para articular os contatos, padronização de procedimentos e trocas de experiências entre os membros. Para o entrevistado fazer parte de uma rede é muito relevante, sobretudo pela questão da troca de experiências.

Atualmente o OGPL é composto por 17 (dezesete) membros. As profissões variam entre advogados, engenheiros, jornalistas, dentre outras. Há poucos jovens participando.

A estrutura física é cedida pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP. A equipe de recursos humanos é composta por dois estagiários (normalmente são cinco), uma coordenadora executiva e uma consultora jurídica.

Há um gasto mensal aproximado de R\$ 8.000,00 (oito mil reais). O OGPL não recebe recursos públicos, sendo que prioritariamente recebe recursos de pessoas jurídicas do segundo setor.

São feitas reuniões semanais da diretoria, toda a segunda. Também são realizadas reuniões quinzenais abertas ao público, para dar publicidade às ações do Observatório.

Perguntado sobre a forma de encontro do OGPL e o Estado, o entrevistado entendeu que o “Encontro Pressão” é o que melhor configura a relação.

Quanto a pergunta sobre o perfil (técnico/combativo), o entrevistado disse que há momentos para os dois perfis. O ideal seria que “o técnico não pode deixar de existir, mas você não pode deixar de dar uma solução combativa”. Completa dizendo: “que tem que haver uma mescla”.

Com relação ao perfil (preventivo/repressivo), em regra há a tentativa de resolução das questões de forma preventiva. É sempre melhor atuar preventivamente.

Sobre eventuais perseguições políticas, o entrevistado disse que o máximo que houve foi o então prefeito ter colocado a culpa de um atraso de uma licitação no OGPL.

Por fim, quanto a candidatura, pelas normas do próprio OSB não pode haver envolvimento político partidário dentro dos Observatórios.

4.3.2 Observatório Social de Cascavel-PR

O presente Observatório se localiza na cidade de Cascavel. Este município fica localizado na região oeste do Estado do Paraná, sendo seu quinto município mais populoso, com 309.259 habitantes.

O entrevistado é empresário, e trabalha no ramo de óticas. Seu interesse pelo “combate à corrupção” adveio de muitos anos atrás, com sua indignação pelo mau uso do dinheiro público. Em 2007, a Associação Comercial de Cascavel soube da experiência bem sucedida do Observatório de Maringá, e, desde então, foi criado o OS de Cascavel em 2008. Ele foi o terceiro Observatório a ser criado. O primeiro contato do entrevistado com o sistema dos observatório sociais se deu em uma visita técnica na Associação Comercial de Maringá, em 2007. Atualmente é voluntário da entidade, sendo o seu primeiro presidente.

As áreas em que o OS de Cascavel atua são o “combate à corrupção”, “cidadania fiscal” e acompanhamento de licitações.

Para o entrevistado, a principal conquista do OS de Cascavel foi a diminuição da má gestão do dinheiro público, pois os gestores passaram a ter maior autocrítica, por estarem sendo fiscalizados pelo Observatório. As dificuldades, por sua vez, se dividem em: manutenção do Observatório, recursos financeiros e recursos humanos.

Assim como no Observatório de Londrina, o OS de Cascavel foi um dos primeiros a ser implementado. A vantagem de se integrar a uma rede, na opinião do entrevistado, é a criação de metodologias.

O OS de Cascavel é composto por 15 (quinze) pessoas. Em regra são pessoas de mais idade. São aposentados, empregados públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), professores, profissionais liberais, empresários. A maioria (cerca de 70%) de nível superior completo.

A entidade conta com uma sala emprestada pela Associação dos Diplomados de Guerra do Exército. Antigamente atuava junto à Associação Comercial. Possui um funcionário contratado, e equipamentos doados pela Receita Federal.

O gasto mensal da entidade é de cerca de R\$ 5.000 (cinco mil reais), que é mantido por entidades de classes, Rotarys Club, sindicatos e algumas empresas particulares. São poucas doações de pessoas físicas.

Há uma reunião da diretoria semanal (aberta ao público). A cada 4 (quatro) meses é feita uma reunião de prestação de contas para a comunidade.

Com relação ao tipo de encontro entre a ONG e o Estado, o entrevistado sugere que prevalece o “Encontro Pressão”. Muito embora exista um respeito, dado que após alguns anos percebe-se que os membros do Observatório não têm segundas intenções (eleitorais). Todavia, sempre que há algum problema mais pontual, o Observatório e os gestores acabam tendo a relação com pressão.

O OS de Cascavel, na opinião do entrevistado, adota um perfil técnico e preventivo. E são essas as posições ideias escolhidas pelo entrevistado.

Quanto às possíveis perseguições, o entrevistado disse que não houve nenhum tipo de pressão pessoal. Todavia, houve casos de pressão a parceiros da entidade, como no caso de professores universitários que estavam participando de um projeto do Observatório. O entrevistado enquadraria essa perseguição política no nível 7 (sete).

Não pode ter filiação partidária entre os membros da entidade. Não pode nem haver tendências político partidárias por parte dos membros do Observatório. Deve ser uma posição pessoal de cada membro. Todavia, se houver essa opção por candidaturas a cargos políticos, o membro tem que se desvincular da entidade imediatamente.

4.3.3 Observatório Social de Guarapuava-PR

Este observatório fica localizado em Guarapuava. Este município é o mais populoso da região centro-sul do estado do Paraná, com 175.779 habitantes (Censo IBGE 2010).

O entrevistado da entidade é formado em Administração e Direito, sendo Auditor Aposentado da Receita Federal do Brasil.

Assim como os entrevistados do Observatório Social de Londrina e do Instituto de Fiscalização e Controle, o entrevistado do Observatório Social de Guarapuava despertou interesse pela temática do “combate à corrupção” por causa de seu exercício profissional.

O seu primeiro contato com o OS de Guarapuava se deu após se aposentar, ainda no início da entidade, em 2009. Como Delegado da Receita Federal em Maringá ele já tinha tido contato com educação fiscal. Hoje atua como Presidente da ONG.

O Observatório atua nas áreas de “controle social” e “combate à corrupção”, realizando procedimento de acompanhamento de licitações e boa educação fiscal. Na opinião do entrevistado, as principais conquistas da entidade se deram ao provocar a mudança de métodos da Administração, a melhoria da Câmara Municipal em relação ao cumprimento de horário por parte dos vereadores, o cancelamento de licitações com vícios. Já as principais dificuldades se dão com a precariedade da mão de obra voluntária e a falta de apoio financeiro.

Para o entrevistado, as vantagens da filiação em uma Rede se dão pela possibilidade de haver normas gerais, sobretudo de organização dos procedimentos.

O OS de Guarapuava é composto por aproximadamente 22 (vinte e duas) pessoas. São em maioria adultos e jovens, sendo a maior parte tem nível superior. A estrutura física é cedida pela Associação Comercial. De funcionários há uma secretária e uma estagiária bolsista.

Os gastos com a entidade giram em torno de R\$ 2.500 (dois mil e quinhentos reais) por mês. E o recurso vem de pessoas jurídicas, como o FIEP, SICOB, COOAMIG, fábricas, sindicatos.

É realizada uma reunião mensal.

Perguntado sobre a forma de relação entre a ONG e o Estado, o entrevistado a definiu como “Encontro Pressão”.

Com relação aos perfis (técnico/combativo) e (preventivo/repressivo), o entrevistado disse que há espaço para ser combativo e técnico, depende do momento. E que a atuação se dá de forma preventiva.

Disse também que há um bom relacionamento dos órgãos públicos com a ONG, mas que já sofreu ameaças. Em uma escala de 1 a 10, Abel classificou o índice de perseguição em 8.

Por fim, disse que não aprova a candidatura de membros da entidade para cargos políticos.

4.3.4 Observatório Social de Mandaguari-PR

Este Observatório está localizado na cidade de Mandaguari, no norte central do estado do Paraná. Tem uma população de 32.669 habitantes.

A entrevistada é graduada em Matemática, com especialização em Educação Matemática, e graduada em Pedagogia, com habilitação em Supervisão Escolar. Atualmente está aposentada do cargo de professora de matemática e pedagoga. Exerce o cargo de Vice-Presidente para Assuntos de Controle Social, vindo atuando na entidade desde sua criação, em 2005.

Seu interesse pelo “combate à corrupção” surgiu da frequência com que tomava conhecimento de irregularidades, falcatruas, que aconteciam envolvendo recursos públicos e do abuso de poder econômico, por parte de políticos da área municipal, estadual e federal. Em contraponto, seu amigo, atual Presidente, reuniu um grupo em sua residência para apresentar uma matéria que havia lido sobre a AMARRIBO (Ribeirão Bonito – SP). Ele solicitou apoio e perguntou se estariam dispostos a participar da criação de uma organização, naquele município, seguindo os moldes da AMARRIBO. A proposta foi aceita e a criação iniciada.

O Observatório de Mandaguari: 1) Atua como organismo de apoio à comunidade, monitorando os gastos públicos e informando à população sobre o comportamento dos órgãos públicos em relação a aplicação dos recursos e resultados gerados; 2) Contribui com o aprimoramento pessoal e profissional de membros da comunidade, através de seminários; palestras; apresentações artísticas sobre o assunto; grupos de estudos; educação fiscal; entre outros; 3) Incentiva a “Educação Fiscal” nas Escolas, realizando concursos de Redação e de Projetos, premiando alunos e também professores que se destacam nessas atuações; e 4) Contribui, diretamente, com a comunidade, monitorando e cobrando dos órgãos públicos para que haja maior transparência na gestão dos recursos públicos, de forma a atender o que estabelece a Constituição Federal e demais legislações vigentes.

As principais conquistas, na opinião da entrevistada, foram: 1º - Reconhecimento e respeito, por parte da sociedade civil/organizada e por parte de autoridades; 2º - Título de Utilidade Pública Municipal; 3º - Contribuição na redução de gastos públicos; 4º - Contribuição para melhoria dos atos administrativos, tanto do Poder Legislativo quanto do Executivo Municipal, através de monitoramento, cobranças constantes e indicação de suspeitas de irregularidades, o que possibilita correção em tempo hábil, evitando

possíveis sanções aos agentes públicos; 5º - Contribuição para a estruturação dos pilares básicos da Transparência dos órgãos públicos no Município, auxiliando na elaboração do Decreto Municipal de regulamentação da Lei de Acesso à Informação Pública (12.527/11), assim como cobranças constantes, as vezes com posteriores ajustes, sobre as inconsistências e deficiências dos Portais de Transparência, tanto do Legislativo quanto do Executivo Municipal; 6º - Contribuição para o início de mudança cultural em nosso Município, através de seminários, palestras, campanhas, cursos, e diversos eventos, abordando temas como: combate a corrupção e a impunidade; controle social; educação fiscal; “Cada brasileiro pode ser uma Área Livre de Corrupção”; deveres dos gestores públicos; acesso à informação pública; transparência ativa e passiva; improbidade administrativa e legislações vigentes que fortalecem a Democracia, dentre outros.

As principais dificuldades, por sua vez, foram: 1º - Inicialmente, a sustentabilidade do OSM-ADAMA (local; luz; água; telefone; material de escritório; material de informática; funcionários; estagiários; etc.); 2º - Resistência de gestores públicos; 3º - Tentativa de difamação de membros do OSM-ADAMA, por parte de ex-gestores do Município. (Legislativo e Executivo); 4º - Barreiras psicológicas e culturais, por parte da sociedade, em entender que recurso público é recurso que pertence ao cidadão, uma vez que tem sua origem nos impostos que se paga, e este tem o dever de cuidar e cobrar de forma que seja aplicado da maneira correta, em prol do bem comum; 5º - Receio de cidadãos mandaguarienses em participar do quadro associativo ou de contribuir, de alguma forma, com o OSM-ADAMA, preocupados com possíveis represálias e retaliações por parte dos Gestores Públicos. (ex. Preocupação de que o parente perdesse o emprego; de que o pai, sendo um comerciante, não conseguisse mais vender para a Prefeitura; de não manter mais o bom relacionamento com os agentes públicos dos órgãos fiscalizados; dentre outros).

O primeiro contato do Observatório com o OSB se deu em Brasília, durante o 1º Seminário Nacional de Controle Social. Desde então foi estabelecido contato, e o Observatório de Mandaguari passou a integrar o OSB.

As vantagens da filiação, na opinião da entrevistada se dão por haver encontros periódicos; padronização do trabalho desenvolvido; boas práticas de uma organização enriquecem as atividades da outra; encontros envolvendo grande número de participantes, possibilitando a contratação de excelentes palestrantes; possibilidade de estabelecer parcerias; suporte a dúvidas frequentes; fortalecimento da imagem pública; fortalecimento e amplificação de movimentos e campanhas, idealizadas pela Rede;

suporte para *site* padronizado da Rede OSB; canal intenso de comunicação e troca de informações.

O OS de Mandaguari é composto por 24 (vinte e quatro) membros, com idades que variam entre 45 a 84 anos, sendo 14 (catorze) homens e 10 (dez) mulheres.

A entidade funciona num pequeno espaço de 35m², cedido sem nenhum custo, por um dos associados, onde funcionava, antigamente, o laboratório de sua farmácia. Na entidade trabalham diariamente, com remuneração, um funcionário, acadêmico do 3º Ano de Direito; uma estagiária, acadêmica do 2º Semestre de Direito e, voluntariamente, uma associada, coordenadora e Vice-Presidente para Assuntos de Controle Social. A entidade está bem estruturada com móveis e equipamentos de informática, possui uma bancada onde há espaço para trabalhar quatro pessoas; uma mesa e cadeiras para reuniões; um armário grande de escritório; um armário para o banheiro; mesinha de apoio, projetor de multimídia, computadores; máquina fotográfica; gravadores; telão; ar condicionado; mini frigobar, suportes para banner e dois telefones fixos.

O gasto mensal é de aproximadamente R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais). E as fontes de recursos são: mensalidade dos associados; apoio de algumas empresas, além do capital somado ao rendimento de dinheiro aplicado após a realização de um bazar, cujos produtos foram doados pela Receita Federal, oriundos de apreensões feitas de contrabandos e descaminhos. O bazar foi realizado em fevereiro de 2012 e rendeu, aproximadamente, R\$ 120.000,00. Com esse valor foram comprados todos os móveis e equipamentos e, mensalmente, é retirado do banco, onde está aplicado, o necessário para suprir o déficit. Acredita-se que, com o que está no Banco, ainda será possível suprir as necessidades até final de 2015, perfazendo um total de quatro anos.

São realizadas reuniões semanais do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, abertas aos demais associados. Elas são realizadas todas as segundas-feiras.

Perguntada sobre o modelo de “encontro” que define a relação entre o OS de Mandaguari e o Estado, a entrevistada disse:

Na atual administração há, provavelmente, uma mescla das duas primeiras: “Encontro Pressão” e “Encontro Prestação de Serviços”. De nossa parte, mais a primeira definição, embora seja uma relação formal, mas envolve pressão, monitoramento e críticas construtivas, tanto nas reuniões, como através do Boletim Informativo, das ações consideradas ineficientes, indevidas ou ilegais. A relação envolve também proposição, acompanhamento dos passos dos órgãos públicos e colaboração, uma vez que as suspeitas de irregularidades são encaminhadas, primeiramente, ao setor responsável. Se não resolvidas

ou esclarecidas satisfatoriamente, são encaminhadas ao Chefe do Executivo ou Legislativo, para terem a oportunidade de correção. Caso permaneçam sem solução, só então, são encaminhadas ao Ministério Público Estadual. Por outro lado, percebemos que tanto o Executivo quanto o Legislativo Municipal, em vários momentos, nos veem como “Encontro Prestação de Serviços”. Chegam a pedir orientações, apoio e até solicitam reuniões periódicas, com menor espaço de tempo, com nossa organização.

Elza disse ainda que o perfil de sua ONG é mais técnico e preventivo (esporadicamente repressivo, somente quando necessário). Para ela o perfil ideal tem que ser técnico e preventivo, para que o Município tenha menos prejuízo possível. Depois do desvio de recurso ocorrido, dificilmente volta aos cofres públicos. Temos o exemplo sempre citado pelo Observatório Social de Maringá (PR): Foi comprovado que um ex-Prefeito desviou aproximadamente cem milhões de reais. Destes, a Justiça conseguiu ressarcimento aos cofres públicos do Município, de, aproximadamente um milhão, através de duas colheitadeiras.

Perguntada se houve perseguição política, a entrevistada respondeu que:

Sim, especialmente do ex-Prefeito e de um ex-Presidente da Câmara de Vereadores, pois, sobre ambos, fizemos encaminhamentos aos órgãos competentes sobre suspeitas de inúmeras irregularidades. Sobre os encaminhamentos referentes à Câmara Municipal (2006 2007 e 2008), nove pessoas foram indiciadas, dentre elas quatro Vereadores, três funcionários da Câmara Municipal, uma empresária e um funcionário do escritório particular de contabilidade da contadora da C.M. Sobre a gestão do ex-Prefeito, temos conhecimento de que o Ministério Público está solicitando documentos e esclarecimentos à atual gestão, para averiguação das denúncias encaminhadas.

O tipo de perseguição foi tentar denegrir nosso nome, assim como o de nossa Organização, dizendo que fazíamos parte de grupo político adversário; que nosso único interesse era prejudicá-los politicamente. Ou seja, a meta deles era enfraquecer, descaracterizar nosso trabalho, levar descrédito ao mesmo. Felizmente, jamais conseguiram, porque o nosso grupo tem nome limpo, credibilidade, consideração e respeito da população, pelo trabalho que realizamos.

Por fim deu nota 4 (quatro) ao nível de perseguição sofrida.

Com relação ao envolvimento político partidário de membros, a entrevistada se mostrou contrária, com exceção de casos onde haja o afastamento da organização. Ela citou o caso de um prefeito que partiu dos movimentos sociais de combate à corrupção:

“Já tivemos um caso, em Rezende, uma cidade de aproximadamente 16 mil habitantes, no Sudoeste do Paraná. O cidadão, segundo depoimento dele mesmo, tinha aprendido muito através da AMARRIBO e, pelo que sabemos, foi um excelente Prefeito, vindo a ser reeleito e, em seguida, foi eleito o candidato por ele indicado.”

4.3.5 Observatório Social de Ponta Grossa-PR

Este Observatório fica no município de Ponta Grossa, no centro do estado do Paraná, com 334.535 habitantes (Censo IBGE/2014).

O representante da entidade a ser entrevistado é empresário, ex-funcionário do Banco do Brasil. Possui segundo grau completo.

Seu interesse pelo “combate à corrupção” se deu quando ainda era bancário, quando se deparou com muitas situações de corrupção, tanto ligadas ao setor público quanto privado.

Seu primeiro contato com a entidade se deu na própria reunião de articulação e constituição do OSB, em 2007. Ele era Conselheiro da Regional da Federação das Indústrias do Paraná. Atualmente exerce o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Observatório Social de Ponta Grossa e Vice-Presidente de Defesa e Controle Social da OSB.

Para ele, as principais conquistas da entidade foram a integração dos Observatórios municipais em rede e a implantação da metodologia padronizada. Já as principais dificuldades se deram com relação a sustentabilidade e capacitação de novos atores.

As principais vantagens da filiação em rede é o suporte técnico, especialmente o Sistema Informatizado de Monitoramento, a metodologia padronizada e a troca de boas práticas que enriquece e fortalece o trabalho do dia a dia.

Dentro de sua entidade, há cidadãos, de todas as classes sociais, interessados em mudar o Brasil, de forma ordeira e voluntária. Há professores, acadêmicos, empresários, advogados, auditores, bancários, donas de casa, etc.

A estrutura de recursos humanos é de um Coordenador Técnico, mais cinco pessoas, auxiliar administrativo e estagiários. Eles têm 85 (oitenta e cinco) voluntários.

O gasto mensal da entidade está girando em torno de R\$7.800 (sete mil e oitocentos reais) mensais. Esse valor é patrocinado por mantenedores, seja institucional, seja pessoal.

A periodicidade das reuniões da entidade se dão de forma semanal.

Em sua opinião a sua entidade é mais técnica do que combativa, e mais preventiva do que repressiva.

Nunca sofreu perseguição política. Sendo assim, atribuiu nota dois em uma escala de um a dez.

Ao ser perguntado sobre a candidatura ou atuação político-partidária de membros do Observatório, o entrevistado disse: “incompatível e inadmissível. A isenção é um valor que não se negocia”.

4.3.6 Observatório Social de Rolim de Moura-RO

Esta entidade fica no município de Rolim de Moura, localizado na microrregião do “Cacoal”, em Rondônia. Tem a população de 55.807 habitantes (Censo IBGE 2014).

O entrevistado pela entidade é formado em Administração, com especialização no MBA em Gestão Empresarial, na Fundação Getúlio Vargas-RO. Profissionalmente, atua como empresário no ramo farmacêutico.

Seu interesse pelo tema do “combate à corrupção” surgiu desde os bancos escolares, na 8ª série. Teve seu primeiro contato com a ideia do Observatório em 2005. Neste ano a Associação Comercial de Maringá foi eleita pelo SEBRAE como a melhor do país. O entrevistado fazia parte da Associação Comercial de Rolim de Moura-RO, e, juntamente com outros companheiros de sua associação, foram até o Paraná para conhecer o segredo do sucesso da entidade coirmã. Foi lá que conheceram o projeto do Observatório Social.

O primeiro contato com o próprio Observatório Social de Rolim de Moura, por sua vez, veio desde 2008, em sua fundação. Atualmente o entrevistado exerce o cargo de Vice-Presidente para Assuntos Financeiros.

As principais conquistas da entidade, na opinião do entrevistado, foram: 1 - Envolvimento da população na questão do combate à corrupção; 2 - Instituição das “marcas pré-aprovadas”; 3 - Descontar parcela do salário do vereador em caso de falta nas sessões; e, 4 - Estabelecimento de uma cor padrão para a pintura dos prédios públicos.

Por sua vez, com relação às dificuldades, estas se concentram na falta de recursos, tanto materiais, quanto humanos.

O OS de Rolim de Moura foi fundado antes da própria Rede OSB. Sendo assim, esta entidade foi uma das fundadores da rede. Na opinião do entrevistado, as principais

vantagens da filiação são a troca de experiência, a possibilidade de fechamento de grandes parcerias, e a formação de procedimentos padrões, e ferramentas para facilitar o objetivo da entidade.

A ONG é composta por 10 (dez) membros, todos maiores de 35 (trinta e cinco) anos. A estrutura física é composta por uma sala de 50m², computadores recebidos como doação do Poder Judiciário e Receita Federal. E quatro funcionários. Ao toda dá um gasto mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Esse valor é mantido pela classe empresarial.

Sobre a forma de relacionamento da ONG com o Estado, o entrevistado entende que prevalece o “Encontro Pressão”. Ressaltou que o segundo tipo de encontro não é permitido no OBS. E o terceiro já chegou a ocorrer no caso da padronização das cores dos prédios públicos.

Perguntado sobre o perfil de sua entidade, o entrevistado disse que sua entidade tem uma relação entre técnica e combatividade muito equilibrada, e que é importante que seja assim. Ademais, deve-se haver uma forma preventiva de atuação.

Declarou, ainda, que já recebeu ameaça. Todavia escolheu nota três para a escala de 1 (um) a 10 (dez), por considerar boa a relação com o Poder Público.

Por fim, declarou ser contra o envolvimento político partidário de membros do Observatório.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação das ONGs de Combate à Corrupção tem se mostrado deveras importante não só para o desenvolvimento da cidadania, como para a boa gestão do erário. Anualmente milhões de reais deixam de ser desviados por corrupção, em decorrência do trabalho desses inúmeros brasileiros anônimos, que motivados por seus valores, muitas vezes nadam contra a maré da descrença no Poder Público, e no sentimento de impotência perante o sentimento de que os malfeitos que estão entranhados na máquina pública. Outros tantos milhões deixam de ser desperdiçados por má aplicação. A prática tem mostrado que, em muitos casos, mesmo que os índices de corrupção sejam pequenos, há a possibilidade de que muito dinheiro seja gasto sem necessidade.

Ao longo do estudo, pudemos observar diversas formas de trabalho da ONGs pesquisadas. Embora se contrarie um pouco a lógica, dentro do espectro de análise, pode-se observar que as ONGs que atuam nos municípios maiores geralmente tem menos conflitos com o Poder Público, do que as ONGs que atuam em municípios menores. O natural seria que em municípios menores, pelo volume de atos administrativos, houvesse pouco trabalho para ser acompanhado pelas entidades. No entanto, o que se vê, é que nos municípios menores há maior índice de perseguição política para os ativistas da boa gestão dos recursos públicos. Nessas cidades, é comum que uma importante parcela dos munícipes mantenha relações profissionais com o Poder Público, seja como funcionários, familiares de funcionários, fornecedores, ou até mesmo colirregionários políticos. Isso tende a dificultar o trabalho dos ativistas.

Das entidades estudadas, certamente os casos mais graves de perseguição ocorreram com as ONG “Alerta Antonina” e “Amigos Associados de Analândia - AMASA”.

Com relação a primeira, o entrevistado, que foi membro fundador da entidade, teve que fugir de seu município e viver exilado, em decorrência das ameaças de morte que sofreu. Embora tenha sido incluído em programas governamentais como o “Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas” ou o “Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos”, eles tiveram pouca efetividade em seu dia-a-dia.

No caso da AMASA, por sua vez, houve até mesmo um homicídio. Embora a vítima não tenha sido um dos ativistas, o crime tem relação direta com a atuação da ONG. Isso pois foi após as denúncias da mesma, que um vereador do município começou a se

afinizar com o movimento, e passou a investigar as irregularidades da Administração. Foi então que ocorreu um atentado, onde ele levou sete tiros.

Nota-se que em ambos os casos, os ativistas tiveram uma atuação tão incisiva, que chegaram a pessoalizar as ações. Isso é, eles se expuseram na linha de frente das denúncias. Essa estratégia, embora nobre, em comparação com as táticas das outras ONGs estudadas, tem se mostrado arriscada. Os corruptos, ao se depararem com essas ofensivas motivadas por apenas um líder, podem pensar que se os eliminarem, eliminarão consequentemente todos os seus problemas. Vale lembrar, que ao menos nos casos estudados, há muito interesse em jogo. Principalmente dinheiro e poder.

Em contrapartida, podemos citar alguns exemplos que, ao menos no quesito do “risco de perseguição x efetividade na boa gestão do dinheiro público”, se mostraram com um melhor equilíbrio.

De uma maneira geral, pela atuação padronizada dos Observatórios Sociais, praticamente todos eles têm uma melhor blindagem com relação a perseguições políticas. Um dos pontos que se mostrou importante foi a própria base mantenedora das entidades. Enquanto as ONGs vinculadas à Rede AMARRIBO Brasil – IFC são financiadas basicamente por pessoas físicas, as ONGs vinculadas à Rede OSB Brasil são mantidas principalmente por pessoas jurídicas.

Outro ponto importante da Rede OSB é a própria estratégia de se padronizar os procedimentos. Em todos os 78 Observatórios os mecanismos de atuação são muito similares. Com o processo de atuação ficando claro tanto para os cidadãos, quanto para o próprio Poder Público, as perseguições diminuem muito. Pode-se dizer que isso fortalece a impessoalidade e transparência na atuação da ONG. E esses são dois atributos importantes não só para o Poder Público, como para as entidades que desejam fiscalizá-lo.

Ressalta-se que todas as entidades têm tido um importante papel na moralização da Administração Pública. É interessante apenas deixar registrado algumas estratégias que têm se mostrado eficazes, e que podem ser aproveitadas pelas demais entidades. A primeira foi utilizada pelo Observatório Social de Rolim de Moura-RO. Os seus membros fundadores fizeram uma grande mobilização da comunidade visando a conscientização da importância daquela ONG. Eles passaram dois anos estudando a implantação do projeto. Quando tiraram o projeto do papel, este tinha ampla adesão da comunidade. Ademais, essa fundação se deu nas vésperas da eleição municipal. Ainda na campanha eleitoral, praticamente todos os candidatos ao legislativo e ao executivo municipal foram

chamados pela ONG para serem esclarecidos sobre o seu funcionamento, e para serem indagados se eles aprovavam e apoiariam aquela ideia. Os políticos, como era de se esperar, de pronto acabaram manifestando o seu apoio a ONG. Essa concordância, depois da eleição, foi importantíssima para lubrificar as relações.

Outro projeto que vem apresentando bons resultados, é o desenvolvido pela ONG Bauru Transparente – BATRA. Esta ONG tem atuado muito na questão do desenvolvimento da cidadania junto a jovens e crianças. Esse trabalho preventivo estimula ainda nos bancos escolares a consciência cidadã dos munícipes.

É cediço que o trabalho preventivo é mais eficiente do que o repressivo. Isso foi uma unanimidade entre os entrevistados. Depois que o dinheiro é desviado dos cofres públicos, dificilmente ele retorna.

Por fim, é necessário parabenizar a todos esses ativistas. Tirando esses pequenos detalhes entre as estratégias que vêm apresentando um maior ou menor resultado, não há dúvidas que a atuação de todos é fundamental no desenvolvimento da cidadania e na viabilização do modelo de democracia participativa. Ademais, mesmo que haja falhas, a ação é sempre mais efetiva do que a inércia. Em se tratando de irregularidades administrativas, aqueles que se calam acabam, mesmo que indiretamente, concordando com as mesmas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE RIBEIRÃO BONITO – AMARRIBO. **O combate à corrupção nas prefeituras do Brasil**. São Paulo: 24X7 Cultural, 2012.

AVRITZER, Leonardo. **Bloco 1 – Soberania na teoria democrática**. Universidade Federal de Minas Gerais, 16 de maio de 2013. Disponível em: <<http://migre.me/ezyP1>>. Acesso em 16 maio 2013a.

_____. **Bloco 2 – Restrição da soberania no século XX**. Universidade Federal de Minas Gerais, 16 de maio de 2013. Disponível em: <<http://migre.me/ezz1z>>. Acesso em 16 maio 2013b.

_____. **Bloco 3 – Soberania e Participação Local**. Universidade Federal de Minas Gerais, 16 de maio de 2013. Disponível em: <<http://migre.me/ezz3D>>. Acesso em 16 maio 2013c.

_____. **Bloco 4 – Ampliação da participação**. Universidade Federal de Minas Gerais, 16 de maio de 2013. Disponível em: <<http://migre.me/ezz6F>>. Acesso em 16 maio 2013d.

_____. **Bloco 5 – Novas experiências de participação**. Universidade Federal de Minas Gerais, 16 de maio de 2013. Disponível em: <<http://migre.me/ezz7T>>. Acesso em 16 maio 2013e.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade Civil e Participação Social no Brasil**. Disponível em: <www.democraciaparticipativa.org/Paginas/biblioteca.htm>. Acesso em: 28 set. 2014.

AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes D. Democracia, participação e instituições híbridas. **Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, número especial, p. 14-39, 2005. Disponível em: <<http://migre.me/lXlgR>>. Acesso em: 28 set. 2014.

AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie; GOMES, Lilian (orgs.). **Cartografia da Justiça no Brasil: uma análise a partir de atores e territórios**. São Paulo: Saraiva, 2014.

AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para ampliar o cânone democrático**. Disponível em <<http://www.eurozine.com>>. Acesso em 16 maio 2013.

BRANDÃO, Dorgil Marinho da Silva. **Accountability na outorga e renovação de contratos de radiodifusão: aumenta a demanda por participação social**. 2010. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Legislativo e Políticas Públicas). Câmara dos Deputados. Brasília: 2010.

CAREZIA, Gislaine. **ONG Internacional: Classificação e Participações no Sistema das Nações Unidas**. Disponível em: <http://conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/gislaine_carezia.pdf>. Acesso em 09 ago 2014.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FUNG, Archon. Associations and Democracy: Between theories, hopes, and realities. **Annu. Rev. Sociol.** 2003. 29, p. 515-39.

KAUCHAKJE, Samira. Solidariedade política e constituição de sujeitos: a atualidade dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 667-696, set./dez. 2008. Acesso: www.scielo.br/pdf/se/v23n3/a06v23n3. Acessado em 28/07/2011.

LADIM, Leilah; COTRIM, Leticia Ligneul. **ONGs: um perfil – cadastro das filiadas à Associação Brasileira de ONGs (ABONG)**. São Paulo: ABONG/ISER, 1996.

LAVALLE, Adrian Gurza e CASTELLO, Graziela. “Sociedade Civil. Representação e a dupla face da *accountability*: Cidade do México e São Paulo.” In: **Caderno CRH**, Salvador, vol. 21, n. 52, Abr. 2008. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=542>.

LIMA NETO, Fernando. **Relação com o Estado na visão das ONGs: uma sociologia das percepções**. Brasília: IPEA, 2013.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações. **Rev. Sociol. Pol.**, Curitiba, v. 20, n. 44, p. 111-119, out. 2012.

MELLO, Celso de. **Voto – julgamento Ação Penal 470**. Supremo Tribunal Federal, Brasília: 2012.

MOREIRA, Vinícius Fernandes. **A efetividade dos principais instrumentos legais de controle sobre a ação governamental sob a ótica da democracia**. 2003. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Controle Interno). Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte: 2003.

PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. *Accountability*: já podemos traduzi-la para o português?. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, Dec. 2009.

PINTO, Célia Regina Jardim. As ONGs e a política no Brasil: presença de novos atores. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 651-670, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Bloco 1 – Sociedade civil e movimentos sociais**. Universidade Federal de Minas Gerais, 03 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://migre.me/gVWF5>>. Acesso em 03 dez 2013a.

_____ **Bloco 2 – O que são movimentos sociais**. Universidade Federal de Minas Gerais, 03 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://migre.me/gVWHa>>. Acesso em 03 dez 2013b.

_____ **Bloco 3 – Participação na esfera pública.** Universidade Federal de Minas Gerais, 03 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://migre.me/gVWI5>>. Acesso em 03 dez 2013c.

_____ **Bloco 4 – Teorias pós-coloniais.** Universidade Federal de Minas Gerais, 03 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://migre.me/gVWIU>>. Acesso em 03 dez 2013d.

_____ **Das ações coletivas às redes de movimentos sociais.** Controle social e democracia. Belo Horizonte, UFMG, 2009 (texto do Programa de Formação de Conselheiros Nacionais, p. 9-35).

_____ **Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais. Sociedade e Estado.** Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

_____ **Movimentos sociais e/no Estado: Nexos para uma política emancipatória.** Ciclo de Seminários “Movimentos Sociais e Democratização do Estado”, Secretaria Geral da Presidência da República, 2012.

SOBRINHO, Wanderley Preite. Saiba mais sobre os caras-pintadas. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 abr. 2008. Poder. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u397259.shtml> . Acesso em 31 maio 2013.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. A Atuação das Organizações não-Governamentais entre o Estado e o Conjunto da Sociedade. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

APÊNDICE

RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS

- Adenir Mateus Alves (Transparência Cachoeirense), entrevistado no dia 18/07/2014;
- Elza Martelli (O. S. de Mandaguari-PR), entrevistada no dia 23/07/2014;
- Fábio Henrique Carvalho Oliva (ASAJAN), entrevistado no dia 18/07/2014;
- Francisco Fernandes da Silva (Alerta Antonina), entrevistado no dia 19/07/2014;
- Henrique Moraes Ziller (Instituto de Fiscalização e Controle), entrevistado no dia 11/08/2014;
- José Abel Brina Olivo (O. S. de Guarapuava-PR/OSB), entrevistado no dia 21/07/2014;
- José Alexandre Polasek (O. S. de Cascavel-PR), entrevistado no dia 22/07/2014;
- José Arimatéia Dantas Lacerda (Força Tarefa Popular), entrevistado no dia 25/07/2014;
- José Roberto de Jesus (O. S. de Rolim de Moura-RO), entrevistado no dia 23/07/2014;
- Liana Morisco (AMASA), entrevistada no dia 17/07/2014;
- Ney da Nóbrega Ribas (O. S. de Ponta Grossa-PR/OSB), entrevistado no dia 24/07/2014;
- Rafael Moia Filho (BATRA), entrevistado no dia 21/07/2014;
- Tereza Cristina Matos (Força Tarefa Popular), entrevistada no dia 19/07/2014;
- Vanderlei Vivaldini Junior (AMASA), entrevistado no dia 17/07/2014;
- Waldomiro Carvalho Grade (Observatório de Gestão Pública de Londrina-PR), entrevistado no dia 18/07/2014;
- Yara Cavini (ONG Guará), entrevistada no dia 17/07/2014.

QUESTIONÁRIO

INTRODUÇÃO

Apresentação pessoal: Meu nome é Carlos Takashi Gomes Sato Netto, sou advogado, formado em Direito pela Universidade Estadual do Paraná, residente em Taquarituba, interior do estado de São Paulo.

Apresentação da pesquisa: A presente pesquisa será apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em “Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais” da Universidade Federal de Minas Gerais.

Objetivo da pesquisa: Comparar o relacionamento de entidades de combate à corrupção com o Estado, mais especificamente com Entidades vinculadas às Redes AMARRIBO Brasil – IFC e OSB.

A indagação principal se dá com relação a qual é a forma de abordagem mais eficaz na questão do combate à corrupção? Uma atuação mais combativa ou uma atuação mais técnica, diplomática?

Metodologia da entrevista: A entrevista, em regra, se dará por meio de videoconferência, a qual será gravada, e poderá ser utilizada no presente trabalho acadêmico.

Em alguns casos, a pedido dos entrevistados, ao invés de ser realizada por videoconferência, a entrevista será feita por meio de questões escritas, que seguem abaixo:

QUESTÕES PESSOAIS

- 1) Qual é seu **nome**?
- 2) Qual é a sua **formação**?
- 3) Qual é sua **profissão**?
- 4) De onde surgiu o seu **interesse pela temática do “combate à corrupção”**?
- 5) Como se deu o seu **primeiro contato com a sua entidade**?
- 6) Qual é o seu **cargo atual** na sua entidade?
- 7) **Desde quando você atua em sua entidade**?

QUESTÕES SOBRE A ENTIDADE

- 1) Qual é o **nome de sua entidade**?
- 2) Em quais **áreas** ela atua?
- 3) Quando ela foi **fundada**?
- 4) Em sua opinião, quais foram as **principais conquistas** de sua entidade?
- 5) E quais foram as **principais dificuldades**?
- 6) Como se deu o **primeiro contato de sua ONG com a Rede** a qual vocês são filiados (AMARRIBO Brasil – IFC ou OSB)?
- 7) Em sua opinião, quais são as **vantagens da filiação na Rede**?
- 8) Qual é o **perfil dos membros da entidade** (Quantidade, Sexo, Formação, Idade)?
- 9) Qual é a **estrutura** da entidade (Estrutura física, funcionários, etc)?
- 10) Qual é o **gasto mensal** de sua entidade? E quais são suas **fontes de recursos**?
- 11) Qual é a **periodicidade das reuniões**?

QUESTÕES SOBRE O RELACIONAMENTO DA ENTIDADE x ESTADO

- 1) Em sua opinião, **como se define a relação de sua entidade com o Estado?**

Para responder essa questão considere as seguintes definições: 1) “**ENCONTRO PRESSÃO**” – pode ser caracterizado como uma relação menos formal que envolve, por um lado, pressão, monitoramento e crítica por parte da ONG junto ao Estado, e, por outro, em alguns casos, proposição, colaboração e acompanhamento dos passos dos órgãos do governo; 2) “**ENCONTRO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**” – é aquele caracterizado por um serviço prestado pela ONG, no qual o Estado se relaciona com ela como se estivesse contratando os serviços de uma empresa, seja para fazer consultoria, seja para fazer um serviço específico; 3) “**ENCONTRO PARTICIPATIVO**” – envolve a consolidação de projeto elaborado conjuntamente entre poder público e ONG.

- 2) Em sua opinião, a sua entidade acompanha as ações do Estado de forma mais **combativa** ou apresenta um perfil mais **técnico**?
- 3) Em sua opinião, **qual seria o perfil ideal de atuação**: mais **combativo** ou mais **técnico**?
- 4) Em sua opinião, a sua entidade tem uma **forma de atuação no controle social da Administração Pública**, prioritariamente, **preventiva** ou **repressiva**?
- 5) Em sua opinião, qual seria o **perfil ideal de atuação**: mais **preventivo** ou mais **repressivo**?
- 6) Em sua opinião, há alguma **diferença no relacionamento** de sua entidade com os poderes **Legislativo** e **Executivo**? Como você qualificaria o relacionamento de sua entidade com esses poderes?
- 7) Você já sofreu alguma **perseguição política** em decorrência de suas atividades junto a sua Entidade? Se já foi vítima de atos do gênero, quais foram os **tipos de perseguição**?